

Tribuna da Luta Operária

ANO VIII - Nº 327 - DE 31 DE AGOSTO A 6 DE SETEMBRO DE 1987

Cz\$ 10,00

A Constituição de Cabral Um projeto conservador

O relator conversou com Sarney, o presidente da Comissão almoçou com os militares, mas os líderes dos partidos só souberam do conteúdo do texto na madrugada de quinta-feira. O projeto é contra a estabilidade e a jornada de 40 horas semanais. Estabelece o voto de curral, chamado de distrital misto, e favorece as multinacionais. De positivo, institui o parlamentarismo, mas esta decisão é alvo de virulento ataque do governo, dos generais e de todos os reacionários. Acirra-se a batalha por uma Carta progressista. Página 3



EDITORIAL

Pretensões do rei

O presidente Sarney não se conforma com o fato da Assembleia Constituinte ter a incumbência de formular as normas essenciais ao funcionamento das instituições no país e, em particular, estabelecer os sistemas de governo. Imbuído de uma concepção imperial, ele pretende que, antes de tomar qualquer decisão, a Constituinte consulte o presidente da República. E pressiona de todo modo para que sua opinião prevaleça.

No momento a preocupação principal do ocupante do Palácio do Planalto é impedir que a Carta Magna consagre o sistema parlamentarista. Arrogantemente ele declarou que "não se pode mudar o regime sem que o presidente da República tenha alguma participação através das forças políticas que o apóiam". A Constituinte foi eleita pelo povo, encarregada de promover as mudanças reclamadas pela nação no sentido da democracia. Só tem que prestar contas de suas atividades a quem elegeu. Mas José Sarney se proclama com direitos superiores aos da Constituinte e juiz do que os brasileiros querem.

Em função das pressões palacianas, o relatório que deveria ser apresentado por Bernardo Cabral no último dia 24 só foi concluído na madrugada do dia 27. Na terça-feira, o relator da Comissão de Sistematização foi chamado a três reuniões com o presidente Sarney. E Afonso Arinos, presidente da Comissão, almoçou na quarta-feira com os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Notícia-se que a partir de agora Sarney manterá "conversas" com os constituintes, em grupos ou isoladamente, para "convencê-los" da necessidade de manter o presidencialismo. E, em relação aos ministros, já espalhou que os que não concordarem com as propostas do Planalto devem desocupar as respectivas pastas.

Fica evidente que, para Sarney, a democracia se reduz a um jogo

de pressões, favores, perseguições, chantagens etc. Ele afirma que todos podem dizer o que pensam. Mas os que forem contra as opiniões do governo, entram na lista dos inimigos. No fundo é a mesma concepção implantada pelos generais durante os 21 anos de ditadura.

Nas ofensivas governamentais, estão no alvo questões básicas para a democracia. Quer impor o voto distrital, liquidar com a estabilidade e com a semana de 40 horas. Pretende manter o presidencialismo e a intromissão das Forças Armadas na vida política nacional. Visa assegurar ao capital estrangeiro todas as facilidades - maiores do que as já existentes - e criar condições para colocar as empresas estatais sob o controle direto das multinacionais. Em conluio com a UDR, trama impedir a qualquer preço a reforma agrária.

Mas entre os planos do cacique maranhense e seu grupo reacionário, e a vontade dos brasileiros, existe um abismo cada dia mais profundo. Embora ainda pouco organizadas, as manifestações populares em favor de uma Constituição moderna encontram ressonância entre os parlamentares. Caravanas estiveram em Brasília por ocasião das votações nas Comissões, delegações das mais diversas categorias passam frequentemente na capital federal para discutir com os deputados e senadores. Milhões de assinaturas foram recolhidas para as emendas populares. A greve geral, apesar de todos os esforços realizados pelos meios de comunicação para diminuí-la, mostrou a disposição de luta dos trabalhadores.

A batalha Constituinte vai chegando em seu ponto crítico. Urge colocar todas as forças democráticas e populares em ação. Os brasileiros estão fartos de arbítrio e de espoliação estrangeira. Unidos e mobilizados podem fazer valer suas aspirações de liberdade, independência e progresso.

Razões contra o voto de cabresto

Direitistas querem ressuscitar o voto distrital, que já foi testado e não deu certo. Artigo de Haroldo Lima, pág. 5

Metalúrgicos do Rio derrotam pelegos

Ao fecharmos esta edição, era proclamado o resultado oficial das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A Chapa 2, Oposição Unida, consagrou-se a grande vencedora com 5.189 votos - não havendo necessidade do segundo escrutínio. A Chapa 1, identificada com os setores apelegados, obteve 3.367 votos; e a 3 ficou com 1.189 votos.

A expressiva vitória da oposição terá grandes reflexos no sindicalismo. Além de possibilitar o avanço na luta do segundo maior sindicato do país, representa um duro golpe nos setores de direita do movimento sindical. A gang de Luiz Antônio e Magri sai chamuscada desta batalha.

O compromisso da nova diretoria é com a democratização e enraizamento da entidade na base; com "a luta pela unidade e unicidade do movimento sindical". Ela promoverá amplo debate na categoria para definir a postura diante das centrais sindicais existentes.

Dirigente da CGT faz um balanço da greve geral

Sérgio Barroso, da Executiva Nacional, mostra que, apesar dos obstáculos, o protesto teve impacto político. Pág. 6

Novas medidas contra os trabalhadores

O governo baixou um novo pacote de medidas econômicas antipopulares sob o pretexto de combater o déficit público. Na quarta-feira, anunciou cortes de 5% nas despesas com o pessoal realizadas pelas estatais e de 7% nos gastos de custeio administrativo; aumento de 10%

no preço do trigo, para permitir uma redução maior do subsídio ao produto; limitações de recursos do Fundo de Assistência Social (FAS); congelamento do número de bolsas de estudos até dezembro do próximo ano; a proibição de aumentos reais de salários no setor público,

inclusive estatais, o que constituiria um bloqueio legal às reivindicações de categorias como bancários e empregados da Petrobrás (ambas em campanha). O elenco de medidas seria apreciado na última reunião do Conselho Municipal Nacional, após o fecha-

mento desta edição. Ao que tudo indica, será um novo decreto-lei.

As decisões anunciadas penalizavam unicamente os trabalhadores além de colar em, nos investimentos públicos, recessão. Veja na página 4.



Lei do mais forte fuzila Pixote com oito balaços

A vida de Fernando Ramos da Silva foi tão dramática longe das telas como o personagem central do filme "Pixote, a lei do mais fraco", interpretado por ele. Leia na última página.

ÁFRICA AUSTRAL II

O lucro acima da soberania

No último artigo sobre a luta do povo da África Austral, a análise parte da situação no Zimbábue, antiga Rodésia do Sul, passa pela Namíbia, que já conta com uma representação reconhecida pela ONU, a SWAPO, e destaca os principais problemas de Botswana, Malawi, Zâmbia e Tanzânia.

O Zimbábue é outro país da região que ao lado de Moçambique e Angola se transformou em inimigo frontal do racismo sul-africano. Embora tenha passado por uma sangrenta guerra de libertação, a transição do poder para a maioria negra tem se processado de maneira qualitativamente distinta do que aconteceu naqueles dois países. Antiga Rodésia do Sul, os planos britânicos para a colônia consistiam na formação de uma federação com a Rodésia do Norte, atual Zâmbia, e com o Niassalândia, hoje Malawi. A idéia não foi adotada pelos nacionalistas da Zâmbia que conseguiram sua independência em 64, deixando os brancos da Rodésia diante de uma situação de fato. A Rodésia da época tinha uma particularidade em relação a muitos outros países colonizados: sua população branca não era predominantemente de migrantes, mas brancos naturais do país. Estes decidem então, à revelia de metrópole, formar a Frente Rodesiana e declarar a sua independência unilateral.

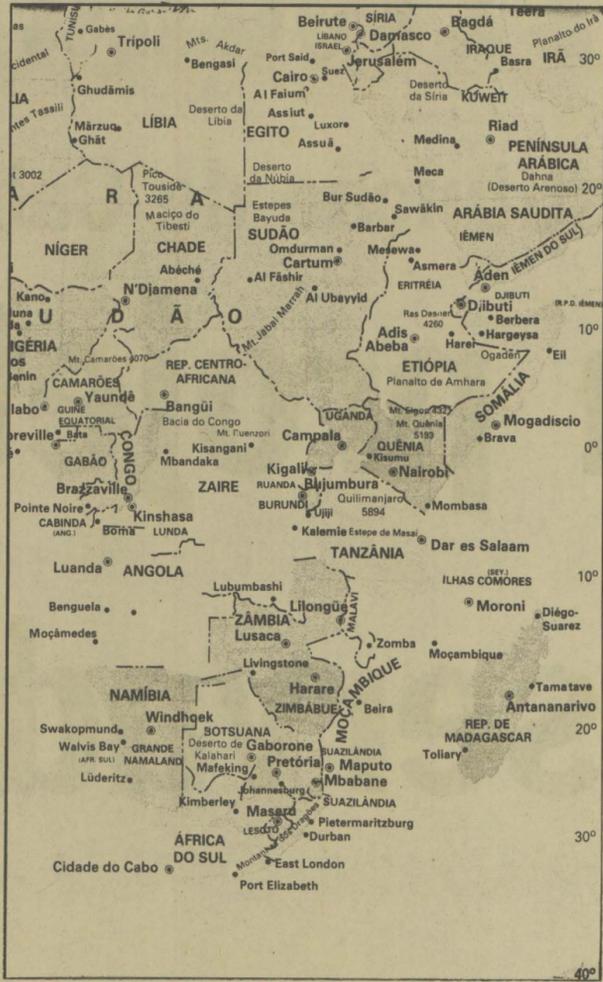
Ao ver frustrada a tentativa de solução neo-colonial de típica passagem do poder para os negros, a Grã-Bretanha ignora essa independência que também recebe o repúdio da comunidade internacional. São então decretadas sanções contra a Rodésia pela ONU. Essas sanções foram sistematicamente desrespeitadas pela África do Sul, Portugal e a própria Inglaterra. O isolamento parcial do país contribuiu porém para que a economia se desenvolvesse voltada, em grande parte, para o mercado interno, o que acabou gerando um tipo de desenvolvimento diferente para uma colônia.

Mas a luta pela libertação da maioria negra não foi liquidada. Dois movimentos de libertação surgiram com bastante força: a ZAPU (União Popular Africana do Zimbábue) e a ZANU (União Nacional Africana do Zimbábue). Após a libertação das colônias portuguesas e da ativa solidariedade prestada principalmente pela Moçambique livre e Zâmbia, os dois movimentos se unificam. Em 79 os racistas da Frente Rodesiana, com Ian Smith à frente, tentam uma saída negociada com líderes negros desvinculados dos dois movimentos e promove "eleições livres", que fraudadas, dão o cargo de Primeiro Ministro ao pastor negro Abel Murozawa. A solução tem porém fôlego curto. A luta da Frente Patriótica (ZANU e ZAPU) se intensifica. Novas e

demoradas negociações são efetuadas com a participação da Inglaterra. Este país é encarregado de supervisionar eleições verdadeiramente livres que dão vitória a Robert Mugabe, da ZANU. Isso gerou uma situação delicada a nível interno da Frente Patriótica.

A NAMÍBIA

Situação igualmente explosiva na África Austral é a da Namíbia: antiga colônia alemã, passa a ser administrada pela África do Sul após a Primeira Guerra Mundial. Como se trata de uma região de grandes recursos minerais e com uma população branca relativamente grande (10% do total) os racistas tem se negado a desocupar o país. A situação ficou ainda mais complicada após a independência de Angola, que dá retaguarda à luta de libertação conduzida pela SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), reconhecida pela ONU como único representante do povo namíbio. A luta armada começou em 1966 e se prolonga ainda hoje. Em 1975 o Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 435, que previa eleições livres sob supervisão do organismo internacional e que foi aceita pela RSA e SWAPO. A eleições que foram realizadas, (1978), no entanto, não foram livres e nem tiveram participação da SWAPO. Foi empossado um governo fantoche, chefiado pelo partido dos brancos. Em 85 a RSA instala novo governo, não eleito, dito de "transição". O poder de fato é exercido porém por um "administrador" nomeado pelo governo sul-africano. A situação militar continua a agravar, inclusive com ataques e a virtual ocupação do sul de Angola. O apoio à UNITA está dentro da estratégia de manutenção da Namíbia pela África do Sul.



África do Sul, tem adotado posições bastante diversas. O Botswana, antiga Bechuanalandia, tem pautado a sua conduta por posições políticas progressistas, enquanto o Malawi, a pretexto de sua fragilidade econômica tem adotado procedimentos injustificáveis, tendo até apoiado militarmente a Renamo.

Já a Zâmbia e a Tanzânia estão envolvidos no conflito regional de uma perspectiva diferente dos demais. Tendo conquistado suas independên-

cias ainda nos anos 60, são a pátria de dois dos mais respeitados líderes africanos, decanos das lutas de libertação: Julius Nyerere da Tanzânia e Kaunda da Zâmbia. A Tanzânia tornou possível a luta da Frelino em Moçambique ao ceder seu território para bases militares e a Zâmbia também vem mantendo solidariedade ativa com os movimentos de libertação, inclusive o ANC da África do Sul.

(Abel Brasil)

LÂMIA

Luta pela volta

Nassif Maruf Hassan, brasileiro de 14 anos, foi preso em Tel Aviv dia 20, ao desembarcar na capital de Israel. Nassif ia visitar sua irmã, Lâmia, brasileira descendente de palestinos, encarcerada pelos sionistas e condenada à prisão perpétua.

sob pena de serem multados em 3 mil dólares.

LIBERTAÇÃO DE LÂMIA

O Comitê pela Libertação de Lâmia está divulgando um cartaz pela libertação da brasileira. Ela foi condenada à prisão perpétua, em 28 de abril último, por um tribunal militar de Israel. A acusação: teria participado de uma ação contra o Exército israelense na Cisjordânia em 1984, quando tinha apenas 19 anos. Sua filha, de 3 anos, foi enviada para seus avós aqui no Brasil. As esperanças de Lâmia não permanecer encarcerada até o fim de seus dias estão ligadas à possibilidade de um indulto e expulsão de Israel, ser "trocada por reféns", como afirmou seu irmão Taufik Abdallag, ou - o que seria melhor - a libertação do povo palestino das garras dos sionistas.

O garoto teve seu passaporte apreendido pelas autoridades do governo racista de Israel. Suas malas de viagem desapareceram e Nassif foi submetido a interrogatórios durante quatro horas! Só foi liberado graças à interferência de familiares residentes em Israel, que contrataram um advogado para conseguir sua libertação. Mesmo assim, os familiares do brasileiro foram obrigados a assinar um termo de responsabilidade que os obrigavam a remetê-lo de volta ao Brasil.

ÁFRICA DO SUL

Mineiros contra o apartheid

A atividade mineira é a principal na economia da África do Sul. Tanto é que Joanesburgo é chamada cidade do ouro. Por essa importância econômica, os países imperialistas EUA e Inglaterra se negam a cortar relações comerciais com o regime racista da África do Sul.

Tradicionalmente, os mineiros são a categoria mais mobilizada dos africanos. Formada em sua esmagadora maioria por negros, as lutas sindicais dos mineiros se tornam, inevitavelmente, em protestos contra o apartheid. Suas greves acabam em choques violentos entre os trabalhadores e a polícia, sempre resultando em mortes e prisões.

RELAÇÕES ATRASADAS

Fruto de um regime de direita fascista, as relações trabalhistas são das mais atrasadas. Um operário negro ganha cerca de um quarto do operário branco, mesmo exercendo a mesma função. As contratações feitas pelas mineradoras nas tribos negras levam em conta a hierarquia nelas existente, ou seja, os chefes de tribos são contratados como encarregados e seguranças, enquanto que os demais negros, como mão de obra desqualificada. Assim, transportam para as relações de trabalho as relações tribais, e fomentam a divisão entre os negros.

Os mineiros são dirigidos pela poderosa União Nacional dos Mineiros (NUM), o maior sindicato do país, com 300.000 membros filiados.

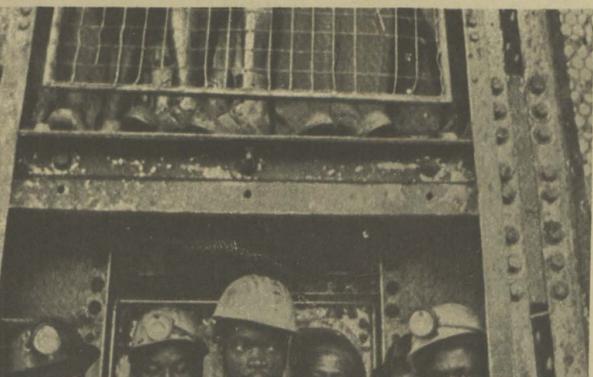
A NUM reivindica junto ao patronato, 30% de aumento salarial e o fim da discriminação racial nas empresas. Os empresários, inicialmente ofereceram apenas 16%, mas diante do crescimento da greve, aumentaram para 23%. Os mineiros não aceitam essa proposta patronal, pois o lucro das empresas mineradoras elevou-se, nos últimos anos, para 100%, sem que o salário real dos trabalhadores tenha melhorado.

A greve, que já passa de duas semanas, surpreendeu até mesmo os dirigentes sindicais. A paralisação é tão grande que as empresas estão aceitando negociar e estão mais recosas em solicitar uma repressão brutal por parte da polícia, pois, como disse Cyril Ramaphosa, secretário geral da NUM, "em caso de qualquer repressão, haverá revide por parte dos trabalhadores".

A FORÇA DA GREVE

De outro lado, os empresários estão cada vez mais acuados diante da situação. Sentindo que o movimento paredista ultrapassa os limites da reivindicação econômica e assume um caráter político, os empresários pressionam o governo para que amenize as leis discriminatórias, como forma de abrandar o clima tenso. As empresas estão sofrendo um prejuízo econômico diário de US\$ 8,5 milhões (cerca de C\$ 400 milhões), acarretando sérios problemas para a balança comercial do país, baseada justamente na exportação de minérios.

(Dennis de Oliveira)



As péssimas condições de trabalho e o racismo levam mineiros à luta



Socialismo de Araque

Anuncia-se, na União Soviética, a completa liberalização dos preços e o fim dos subsídios que recaem sobre gêneros de primeira necessidade, sob o pretexto de que eles custam muito caro ao Estado (110 bilhões de dólares ao ano, segundo estimativas divulgadas nos círculos oficiais). A nova orientação seria implementada a partir de 1990, resultando, muito provavelmente, numa explosão inflacionária, devido às grandes disparidades existentes entre os chamados preços relativos (relações entre os valores das diferentes mercadorias). Iniciativas como esta constituem, sem dúvidas, passos ousados, mergulhando a economia ainda mais na anarquia capitalista, embora também representem o reconhecimento de que a inflação já um fato na URSS. Mas os revisionistas ainda procuram apresentar essas coisas como avanços de caráter socialista, não é enganado?

Defesa de Stalin

Por esta os revisionistas no poder na URSS não esperavam: muitos leitores estão escrevendo aos jornais e revistas oficiais queixando-se que a política de "glasnost" de Mikhail Gorbachev está sendo usada como pretexto para desprestigiar Josef Stalin, "o homem que conduziu o país à vitória na Grande Guerra Patriótica" (como os soviéticos denominam a Segunda Guerra Mundial). Um veterano da guerra escreveu ao semanário "Ogonyok": "Creio que é necessário ressaltar que a limpeza da sociedade que se efetuou na URSS, nas vésperas da guerra, foi correta e necessária e naturalmente dentro da lei". Outro leitor escreve que as calúnias lançadas por Nikita Krushev contra o sucessor de Lênin no governo, durante o XX Congresso, em 1956, não significaram um exemplo de "glasnost", mas sim "o fim de tudo que conseguimos sob o governo de Stálin".

México: aluga-se

Senso de criatividade é o que parece não faltar aos políticos entreguistas do México, país que está atolado até o pescoço pela dívida externa (de 107 bilhões de dólares, a segunda maior entre os países independentes, só superada pelo do Brasil), contraída, aliás, de forma sabiamente inescrupulosa - quase a totalidade dos débitos não foi aplicada no país, constitui, portanto, evasão de capitais, investidos basicamente em ações do governo americano (servindo unicamente para financiar o déficit público do governo dos EUA). Pois bem, o senhor Miguel de la Madrid, presidente do México, negocia agora o arrendamento de uma parcela do território mexicano (a Baixa Califórnia, uma das regiões mais ricas do país), ao Japão, que ali instalaria uma série de indústrias voltadas exclusivamente para exportação. Um projeto neste sentido já está em debate no Legislativo e no Executivo.

Violência na Coreia

Um operário morreu e 20 ficaram feridos durante um conflito entre 3 mil manifestantes e a polícia, ocorrido dia 22 no estaleiro Daewoo, Coreia do Sul. Kyu, de 21 anos, foi a primeira vítima fatal dos conflitos trabalhistas indicados em julho. Em Seul, a capital, a polícia também entrou em choque com estudantes. As principais reivindicações operárias são aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

Provocação ianque

Os Estados Unidos iniciaram novas manobras militares em Honduras, destacando de Nova Iorque para El Paraíso 22 unidades de infantaria e um grupo de Artilharia. As forças estadunidenses estão estacionadas junto à fronteira nicaraguense, em um flagrante ato de provocação logo após as conversações de paz dos países da América Central.

Estabilidade no Canadá

Cerca de 48 mil ferroviários canadenses entraram em greve dia 24 de agosto. A principal reivindicação dos operários é relacionada com estabilidade no emprego. Os nove sindicatos que compõem a Associated Railway Unions estão querendo ampliar a estabilidade no emprego para todos os que possuem quatro anos ou mais de serviço, em comparação com oito, como acontece atualmente. A greve paralisou totalmente a Canadian National Railways e a CP Rail Systems que, juntas, são responsáveis por cerca de 30% do movimento de carga no Canadá. As empresas estão com um projeto de demissão em massa de funcionários, alegando necessidade de "corte de custos", até 1988. Ao encerrarmos este edição, os ferroviários estavam estacionados até as regiões de Toronto e Montreal, que afetaria também o transporte de passageiros.



PELOS DIREITOS HUMANOS

Cartaz que está sendo distribuído pelo Comitê em defesa de Lâmia

CDM Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois

NOVO RELATÓRIO CABRAL

Um projeto ainda reacionário

Cercado de muito mistério, suspense e jogo de cena, o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, entregou no final da tarde da última quarta-feira ao deputado Ulysses Guimarães o seu primeiro substitutivo do projeto de Constituição. Agora, os constituintes terão prazo até a próxima quarta-feira para apresentar novas emendas a esse substitutivo, que depois de alterado pela segunda vez pelo relator, com base nessas novas emendas apresentadas, será submetido à votação na Comissão de Sistematização e, posteriormente, ao plenário da Constituinte, o que deve ocorrer a partir do próximo dia 20 de setembro.

Foi uma semana de muitas pressões do Palácio do Planalto e dos militares sobre o relator, com o objetivo de evitar a manutenção do sistema parlamentarista de governo e da anistia no seu substitutivo. Ao mesmo tempo em que aceitava receber as pressões do governo, inclusive participando de reuniões no Palácio da Alvorada, Bernardo Cabral discriminava os líderes partidários, que não foram convocados em momento algum para opinar sobre o substitutivo e só tomaram conhecimento oficial de seu conteúdo na madrugada de quinta-feira.

O substitutivo de Bernardo Cabral continua profundamente retrógrado em aspectos decisivos da vida nacional, incluindo formulações que são inaceitáveis para os progressistas e os democratas. É um texto que precisa ser profundamente alterado para que a nova Constituição do país seja efetivamente democrática e progressista.

VOTO DISTRITAL

Nas questões políticas, o substitutivo é ainda muito conservador. Ele mantém, por exemplo, o sistema do voto distrital misto, que representa uma permanente ameaça à democracia representativa no país. Além disso, mantém inal-

terado o Estado de Defesa, um conjunto de medidas arbitrárias e antidemocráticas instituídas durante a ditadura com nome de Medidas de Emergência, e inova para pior ao criar um certo Conselho de Segurança Nacional rebatizado, significando a institucionalização do conceito de segurança nacional, introduzido na Constituição na época da ditadura.

Em relação ao papel constitucional das Forças Armadas, o substitutivo igualmente é contraditório. Ele altera a formulação sobre o papel das Forças Armadas, substituindo o conceito de defesa da lei e da ordem, até então predominante, pela formulação de "garantia dos poderes constitucionais, e por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional", apresentada pela Comissão Arinos. Embora essa formulação em princípio possa parecer um ligeiro avanço, na medida em que pelo menos subordina a intervenção dos militares na política interna à solicitação expressa dos poderes constitucionais, ainda fica muito aquém das propostas mais avançadas, que defendem a limitação do papel constitucional das forças armadas à defesa externa do país. Além disso, o substitutivo avança um pouco ao suprimir o conceito de que as polícias militares e os corpos de bombeiros são considerados como forças auxiliares e reservas do Exército.

PARLAMENTARISMO

De positivo, o relatório contém a manutenção do sistema parlamentarista do governo sem nenhuma maquiagem, a retirada das limitações à organização partidária, garantindo, de certa forma, a livre organização dos partidos políticos, incluindo apenas um parágrafo que exige que os partidos políticos tenham representação no Congresso Nacional, e o aumento do número máximo de deputados federais nos estados para 80, ao invés dos atuais



Cabral (na foto com Afonso Arinos e Ulysses): o relatório contém algumas melhoras, mas ainda é inaceitável para os progressistas

60, o que garante uma maior representatividade parlamentar aos estados mais populosos. O mesmo ocorre com os vereadores, cujo número máximo foi aumentado para 55 nos municípios com mais de 5 milhões de habitantes.

FIM DAS 40 HORAS

Na questões sociais, as inovações foram todas para pior. O documento elimina completamente a jornada de trabalho de 40 horas semanais, que havia sido conquistada na comissão temática, não garante a estabilidade no emprego, substituindo-a pela proibição de despedida imotivada conforme definido pela lei ordinária e, igualmente, não garante o pleno direito de greve, ao prever a explicitação desse direito através da legislação ordinária. E, mais grave ainda, admite abertamente o pluralismo sindical.

Ainda no terrenos dos direitos sociais, o substitutivo apresenta graves distorções em relação à educação. Em primeiro lugar faz uma formulação que não garante a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas. Como se isso não bastasse, retira a obrigatoriedade de destinação de 18% do orçamento na União para ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, optando por não definir nenhum percentual. Nesse sentido, o substitutivo representa um recuo significativo na questão educacional.

No terreno das comunicações, igualmente, o substitutivo é atrasado. Ele mantém nas mãos do Executivo o poder de outorgar concessões de canais de rádio e televisão, e apenas submete essas concessões à apreciação do Congresso Nacional, se assim desejar. Mais do que isso, eria o decurso de prazo nesse terreno, ao afirmar que caso o Congresso Nacional não se manifeste dentro de um prazo a ser fixado por lei, o ato de concessão será considerado juridicamente perfeito. Além disso, o substitutivo esvazia totalmente as atribuições do Conselho Nacional de Comunicação, transformando-o num mero órgão auxiliar do Congresso Nacional.

PROBLEMAS NA REFORMA AGRÁRIA

Nas questões relativas a ordem econômica e a reforma agrária, o substitutivo pouco avança. Se de um lado contém um pouco as formulações absurdamente entreguistas até então predominantes, introduz

de forma inexplicável o conceito de "empresa brasileira de capital estrangeiro", institucionalizando as empresas multinacionais como empresas brasileiras. Ao lado disso, a definição de empresa nacional é melhor estruturada, considerando como tal apenas as pessoas jurídicas com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja em mãos de brasileiros domiciliados no país. No entanto, o texto não define com precisão o conceito de reserva de mercado, substituído pelo conceito de proteção temporária. Na questão do monopólio estatal do petróleo, o substitutivo corrige algumas imperfeições dos textos anteriores, garantindo, em linhas gerais, a manutenção do monopólio da Petrobrás.

Essa mesma linha é adotada na questão da reforma agrária. Embora não faça formulações abertamente pró-latifundiárias, como as que estavam sendo incluídas até agora, o substitutivo de Bernardo Cabral não garante efetivamente a realização da reforma agrária no país. O principal obstáculo neste sentido está na não definição da imissão imediata de posse para as terras desapropriadas. Ao invés disso, o substitutivo prevê a possibilidade do proprietário discutir na justiça o valor e a justiça da desapropriação, admitindo que, se no prazo de 90 dias a Justiça não se pronunciar, a imissão será automática. Mas se a justiça der ganho de causa ao proprietário, a terra será paga em dinheiro e não mais em títulos da dívida agrária.

Essas formulações contêm

dois problemas, em primeiro lugar, ao dar esse prazo de 90 dias, permitem que os proprietários mexam nas suas terras com objetivo de caracterizar que as mesmas cumpriam sua função social. Depois, a definir que o pagamento da desapropriação será feito em dinheiro, no caso da justiça dar ganho de causa ao proprietário, impede objetivamente a reforma agrária, uma vez que o governo não terá recursos suficientes para pagar essas desapropriações. Mais do que isso, ao não estabelecer limites máximos para as propriedades rurais, o substitutivo alimenta a confusão no campo, gerando insegurança entre os pequenos proprietários e não fixando com precisão o caráter anti-latifundiário da reforma agrária.

MANDATO DE 5 ANOS

Finalmente, nas duas questões mais polêmicas, o substitutivo representa um grave retrocesso. Ele retira da anistia os cabos, marinheiros soldados e sargentos, e não admite a reintegração dos punidos. Estabelece um mandato de 5 anos para o presidente Sarney e não define quando o parlamentarismo entrará em vigor.

Nesse sentido, o substitutivo de Bernardo Cabral, embora com alguns pontos positivos, ainda está muito longe de atender aos reclamos de mudanças do povo brasileiro. Daqui para a frente será necessário intensificar a mobilização popular para conquistar efetivamente uma Constituição democrática e progressista.

(Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

As próximas etapas

Após a apresentação do relatório do deputado Bernardo Cabral, na última quinta-feira, são esses os próximos passos no trabalho da Assembléia Nacional Constituinte:

* 24 a 30/8: Prazo para apresentação de emendas ao relatório, na Comissão de Sistematização. Ao mesmo tempo haverá defesa das emendas populares no Plenário, por parte dos líderes das

entidades que promoveram as coletas de assinaturas.

* 31/8 a 7/9: Prazo para que Bernardo Cabral elabore novo relatório, levando em consideração as emendas propostas.

* 8 e 9/9: Publicação e distribuição do novo relatório de Cabral aos deputados.

* 10/9: Apresentação de pedidos de destaque pelos deputados sobre os pontos polêmicos do novo relatório.

* 11 a 13/9: Votação do

relatório de Cabral no interior da Comissão de Sistematização.

* 14 a 16/9: Prazo para que Cabral elabore o projeto da Constituição que será submetido ao Plenário, e que conterá os itens que tiverem sido aprovados na Comissão de Sistematização.

* 17/9: Início da votação do projeto de Constituição no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

DIRETAS-88

Comício em Araguaína

Mais de 8 mil pessoas compareceram ao comício por Diretas-88 realizado no dia 25 de agosto em Araguaína, norte de Goiás. Reunindo parcela expressiva da população da cidade, que hoje conta com pouco mais de 100 mil habitantes, além de caravanas de municípios vizinhos, a manifestação popular contou com a presença do senador Afonso Camargo, do PMDB, dos deputados constituintes Aldo Arantes (PCdoB), Cristina Tavares (PMDB-PE), Vicente Bogo (PMDB-RS), Antônio Carlos Sabóia (PMDB-MA), Ade-

mir Andrade (PMDB-PA), Raquel Capiberibe (PMDB-AC), Haroldo Sabóia (PMDB-AM) e Domingos Leonelli (PMDB-BA), além dos deputados estaduais Edmundo Galvão (PMDB-GO) e João Batista (PMDB-PA).

Em nome da Coordenação Nacional pró-Diretas, o senador Afonso Camargo saudou o exemplo do povo da região, afirmando que "à medida que comícios representativos como este forem sendo realizados em todo país, nossa luta por eleições diretas ganha força e se

aproxima da vitória". Representando a bancada do PCdoB na Constituinte, o deputado Aldo Arantes afirmou que "esta é uma vigorosa manifestação de que mesmo entre os trabalhadores e a população do interior do país as eleições diretas representam uma forte aspiração. Porque os trabalhadores sabem que só com o fim deste governo poderá avançar a luta pela reforma agrária, pela independência nacional e por melhores condições de vida para nossa gente". Luiz Orro, da sucursal de Goiânia

ARTHUR VIRGÍLIO

Em defesa do subsolo

O ex-deputado federal Arthur Virgílio Neto, líder do movimento "Muda Amazonas", concedeu na semana passada entrevista à **Tribuna Operária**, em que teceu considerações a respeito do quadro político nacional e em especial a questões ligadas à Amazônia.

Arthur Virgílio Neto começou por defender a greve geral realizada no último dia 20 pelas centrais sindicais, lembrando que o governo Sarney, enquanto envereda pelo caminho da repressão aos trabalhadores, mostra-se incapaz de tratar

com alvizez o problema da dívida externa, cedendo às exigências e pressões dos credores.

Ele sustentou ainda a necessidade de pôr fim ao arrocho salarial, tanto para elevar o nível de vida dos trabalhadores quanto para fortalecer o mercado interno e incorporar os atuais marginalizados ao processo produtivo.

O ex-candidato ao governo do estado abordou também o problema da exploração mineral nas reservas indígenas. Resaltou que a grande imprensa

tem atacado as propostas que visam impedir a ação das mineradoras particulares nas terras dos índios, e deixou claro que em sua opinião o que está por trás dessa campanha é o interesse de permitir a exploração do sub-solo brasileiro de acordo com os interesses de empresas estrangeiras. Garantiu que o "Muda Amazonas" defenderá o respeito aos direitos das nações indígenas e ao trabalho dos mineradores individuais, ao mesmo tempo em que exige rigorosa fiscalização sobre as grandes empresas.

PCdoB

Sede nova em Brasília

Numa solenidade bastante concorrida, que contou com a presença de lideranças políticas, sindicais, estudantis e populares de todo o país, foi inaugurada, na semana passada, a nova sede do Diretório Regional do Distrito Federal do Partido Comunista do Brasil. A direção nacional do partido esteve representada pelo seu secretário-geral, Dyneas Aguiar.

Foi um ato vibrante e bastante representativo que con-

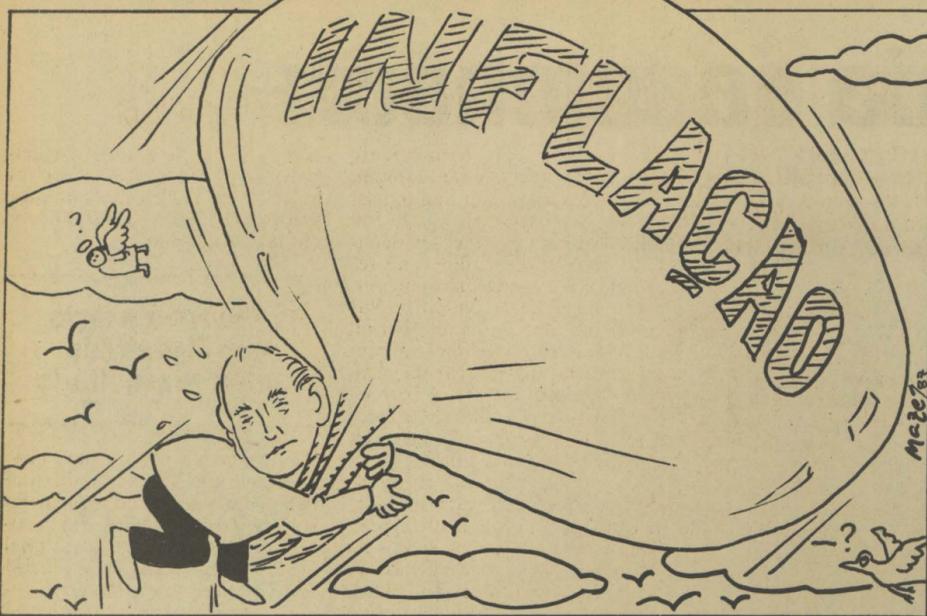
tou com a participação de toda a bancada do PCdoB na Constituinte e de diversos constituintes de outros partidos, como o senador Maurício Correa, do PDT, e os deputados Uldurico Pinto, Sigmaringa Seixas, Raquel Capiberibe, Ana Maria Rattes, do PMDB e Moema São Thiago, do PDT.

Na oportunidade, foi inaugurado o auditório da sede, que recebeu o nome de Auditório Paulo Fonteles, numa justa homenagem ao dirigente do

PCdoB assassinado a mando da UDR há dois meses.

Para o presidente do Diretório Regional do DF do PCdoB, Agnelo Queiroz, a nova sede do partido é uma demonstração do crescimento do PCdoB no Distrito Federal, inaugurando uma nova etapa na vida dos comunistas de Brasília. Mais do que isso, Agnelo disse que aquela seria a casa não apenas dos comunistas, mas de todos os que lutam pela conquista da democracia e do socialismo no Brasil.





INFLAÇÃO

Perspectivas sombrias

A recente evolução dos preços evidencia a artificialidade do congelamento instituído no dia 12 de junho. Em tese, porém, ele continua, constituindo-se de um tímido controle exercido pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e outros órgãos governamentais.

PRESSÕES...

Oficialmente, portanto, inicia-se no dia 12 de setembro, com três meses de vigência do Plano Bresser, o período de "flexibilização" dos reajustes ou descongelamento. E os capitalistas pressionam, ansiosos, pela plena liberalização das remarcações.

Enquanto o ministro Bresser Pereira, por exemplo, diz que vai limitar a autorização de aumentos a um nível máximo de 10%, os empresários garantem que a defasagem em alguns setores é muito maior e pedem até 175% - caso dos defensivos agrícolas.

As exigências de aumentos apresentadas por 112 setores representados pela Fiesp oscilam entre 20 a mais de 100%. Mais uma vez, fala-se abertamente em desobediência civil. "É falência ou desobediência", argumenta Luiz Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato de Indústria de Máquinas. O ágio, aliás, está praticamente generalizado.

... E CONCESSÕES

O próprio ministro da Fazenda reconheceu na semana passada que a causa básica da inflação brasileira é o conflito derivado das pressões exercidas pelos capitalistas

pra aumentar os preços de seus produtos e, por este meio, elevar suas taxas de lucros ou, pelo menos, igualá-las a de setores que, atualmente, estão sendo amplamente beneficiados pela política econômica do governo, como os exportadores e banqueiros.

Porém, ao mesmo tempo em que realiza tal diagnóstico, Bresser Pereira e a equipe encarregada da área econômica mostram-se completamente impotentes para resistir às investidas dos empresários e coniventes com as exigências de reajustes. Dia a dia são anunciadas novas elevações e bem superiores ao próprio limite (de 10%) estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

Há poucos dias foram autorizados reajustes para os preços de aços planos, que acumulam uma inflação de 17,7% desde a implantação do Plano Bresser. A carne bovina de segunda, cujo comércio é abertamente realizado com ágio, teve o preço de tabela acrescido (em 9%), linguíça, mortadela, hambúrgueres e outros tipos de carnes elaboradas sofreram reajustes de 8 a 12%. O óleo de soja, que também subiu (em 8%), já não consta da tabela da Sunab, a exemplo de outros produtos e marcas (como Bom-Bril). Anunciou-se, novamente, a liberalização dos preços de móveis, confecções e alguns alimentos.

AGIOTAGEM

Outro fator de pressão sobre os preços é o vertiginoso crescimento das taxas de juros. Na segunda-feira, as taxas do "overnight" (aplicações a cur-

tíssimo prazo no mercado financeiro) ultrapassaram a marca de 12% ao mês. As empresas que tomam dinheiro emprestado evidentemente irão repassar aos preços finais de seus produtos a alta dos juros.

O Plano Bresser já trazia embutido fatores de desequilíbrio dos preços, como a maxidesvalorização do cruzado, que pressiona os custos dos importadores e o aumento dos preços públicos, que igualmente onera as despesas em vários setores da produção. Agora, uma vez mais, o governo adiciona pressões na área cambial, aumentando a intensidade das desvalorizações diárias do cruzado em relação ao dólar e outras moedas estrangeiras para igualar a evolução da taxa de câmbio com a IBC, que baliza os juros (altíssimos) no sistema financeiro. Também fala-se na elevação das tarifas e preços públicos em setembro. Só se pode esperar, evidentemente, mais inflação.

O recrudescimento da inflação agravará ainda mais a situação, hoje já desapercebida dos trabalhadores. Em poucos meses, o arrocho salarial poderá assumir proporções maiores do que no tempo em que vigorava o gatilho, como reconheceu o ministro da Fazenda. Cálculos otimistas do Ministério do Trabalho dão conta de que o poder de compra dos assalariados sofrerá perdas de até 10%, já subtraído os efeitos da esmola, digo abono salarial de Cz\$ 250, somente entre junho a outubro. (Umberto Martins)

PCdoB

Contra os grupos fracionistas

Reunida no último dia 17 de agosto, a direção nacional do Partido Comunista do Brasil - PCdoB - debateu problemas relacionados com atividades de grupos e manifestações fracionistas, especialmente em São Paulo. Em documento aprovado na ocasião, por unanimidade dos dirigentes comunistas, afirma-se que "o surgimento de grupos e frações no Partido Comunista não é fato inusitado" e "em geral, resulta da influência da ideologia pequeno-burguesa em suas fileiras". Continua a resolução: "O PCdoB não está imune ao fracionismo e às atividades antipartido. Já por duas vezes, após 62, apareceram grupos inimigos no partido. A chamada Ala Vermelha, em 1966, e, em 1979/80, o grupo de Oséas, Levy, Genoíno e outros que, mais tarde, intitulou-se Partido Revolucionário Comunista". Referindo-se à ação do grupo de Barbosa, Luzia e Pae - noticiado na edição nº 325 desta *Tribuna Operária* -, a direção nacional do PCdoB "manifesta seu apoio integral à decisão do diretório regional de São Paulo" que também "por unanimidade, desmascarou o trabalho sorrateiro desse pequeno agrupamento fracionista, expulsando-o".

O GRUPO DE AMELINHA

No entanto, o documento se detém mais na apreciação do grupo que tem como centro a militante Maria Amélia Teles, a Amelinha. "São pessoas", diz o texto, "que embora atuando há alguns anos, nunca chegaram a

compreender o partido, sua natureza de classe, seus princípios de organização. Descobrem ou procuram desconhecer o centralismo democrático, princípio básico da estruturação partidária. Propalam que as organizações de base é que devem dirigir o partido, contrariando o conceito leninista de que o partido é dirigido por centro único, eleito nos congressos e conferências. Crêem que a linha e a tática geral do partido podem ser alteradas e postas em dúvida em oportunidades diversas. Pensam poder atacar, aberta ou veladamente, a direção e as diretrizes do partido sem entender que, com isso, minam sua unidade. O ataque permanente e descabido à direção do partido é trabalho antipartidário, desintegrador de suas fileiras". O documento deixa claro, em seguida, que "tais pessoas não compreendem o caráter da crítica num partido proletário: a crítica é, essencialmente, construtiva e não destrutiva, desagregadora. A crítica destrutiva é pequeno-burguesa, tem cunho anarquista. Também não aceitam a disciplina partidária, base fundamental da unidade de ação do partido".

AS DECISÕES DA REUNIÃO

Após fazer um histórico da atividade de discórdia e cizânia do grupo de Amélia Teles, a resolução ressalta que ela e seus seguidores "vão ao extremo de explorar o nome do camarada José Duarte, membro do Diretório Nacional do Partido",

(Pedro de Oliveira)

DÉFICIT PÚBLICO

A origem do rombo

A grande burguesia e seus jornais têm dado seqüência e até ampliado a massacrante campanha que promove em favor de um profundo corte nos gastos do governo. Poucas vezes na história recente do país tanto papel e tanta tinta foram gastos em torno de um só tema.

Na semana passada, enquanto as manchetes alardeavam o aumento do déficit público, os editoriais apontavam como causas desse déficit aquilo que a massa popular mais comumente identifica como **gastos oficiais**: o pagamento do funcionalismo, a realização de obras públicas e o pretenso "auxílio" às estatais.

Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler, dizia que as mentiras, quando repetidas insistentemente, acabam parecendo verdades. Talvez isso explique o fato de amplos setores da população darem crédito às teorias dos grandes jornais. Porque quem se dispuser a passar os olhos pelos relatórios sobre as contas nacionais, que o Banco Central publica mensalmente constatará com facilidade que os gastos com obras e com o pagamento dos funcionários, tanto das repartições quanto das estatais, representa hoje apenas a **parte minoritária** dos dispêndios do governo.

MAIS JUROS QUE SALÁRIOS

Tomemos por exemplo o ano de 1986. Os números do Banco Central mostram que o

Tesouro Nacional arrecadou Cz\$ 394 bilhões, e fez despesas no valor de Cz\$ 500 bilhões, acumulando um déficit de Cz\$ 106 bilhões. Mas mostram também que todos os gastos com o funcionalismo público, incluindo salários e encargos sociais, somam Cz\$ 104 bilhões, ou seja, **apenas 20,8%** da despesa total. Enquanto isso, o **pagamento de juros** da dívida interna custou aos cofres públicos algo em torno de Cz\$ 134 bilhões, um montante **30% superior** ao empregado para pagar os funcionários.

Deve-se levar em conta, ainda, que em 1986 estavam em vigor certos mecanismos que reduziram o rendimento das aplicações no mercado financeiro, e os juros pagos pelo governo eram **relativamente baixos** se comparados com a média dos últimos anos. Após o Plano Bresser, ao contrário, o Ministério da Fazenda passou a **elevart artificialmente** as taxas de juros, pois quer restringir o consumo interno e permitir que uma parcela maior do que se produz no país seja exportada. Como o próprio Estado é o grande tomador de empréstimos, é fácil concluir que a **principal causa** para a recente e grave elevação das despesas do Tesouro foi precisamente a orientação econômica adotada há poucos meses pelo governo.

COBERTOR DE POBRE

Isso conduziu a mais uma conclusão. As dificuldades econô-

micas tornaram-se tão grandes e têm raízes tão profundas que combatê-las sem alterar as bases do modelo de desenvolvimento adotado pelos generais e preservado pela Nova República equivale mais ou menos a enfrentar o frio com cobertor de pobre: quando os pés estão protegidos, a cabeça fica ao relento. O ministro da Fazenda quis alcançar estabilidade gerando saldos comerciais elevados, recompondo as reservas em dólares do país e tranquilizando os credores. A consequência foi um desequilíbrio ainda maior das contas internas, que desorganizou a economia, ameaça empurrar novamente a inflação para patamares estratosféricos e trará certamente graves problemas políticos para o governo Sarney.

(Antônio Martins)



Quem é culpado pelo déficit? As estatais, que a direita acusa? ou os juros, que Bresser aumentou?

Jornal da Tarde
Cz\$ 15,00
Quarta-feira, 26 de agosto de 1987. Número 6.671. Ano 22

O ministro culpa as estatais pela gastança

Aníbal Teixeira, do Planejamento, não tem dúvida: as

A ofensiva da direita

Duas graves ameaças pairam sobre a Constituinte. De um lado, o Palácio do Planalto e os chefes militares intensificam suas pressões sobre o relator da Comissão de Sistematização e os constituintes vacilantes para derrotar o parlamentarismo e a anistia. De outro, os setores mais conservadores e reacionários pressionam os constituintes para que mantenham o sistema eleitoral distrital misto. Essas duas ameaças objetivam, na verdade, garantir uma Constituição reacionária, que mantenha intactos os atuais privilégios e o atual sistema de governo reacionário vigente no país.

O próprio presidente José Sarney, um verdadeiro intruso no Palácio do Planalto, que sentou-se numa cadeira que não era sua e dela não quer sair, tem declarado despuadoradamente sua intenção de comandar uma verdadeira guerra contra o parlamentarismo. Suas declarações representam mais um desrespeito do presidente da República à autonomia e soberania da Constituinte. Na verdade, a mudança do sistema de governo é a pedra de toque da democratização do poder político do país. O que está em jogo é se democratizarmos o poder político reduzindo os poderes imperiais do Presidente da República e de seus chefes; os militares, com a introdução de um novo sistema de governo, mais democrático e participativo, com o fortalecimento do Congresso Nacional e da sociedade, ou se, ao contrário, mantivermos a atual estrutura de

OPINIÃO PARLAMENTAR



Aldo Arantes, deputado federal PCdoB-GO

poder, autoritária, centralizada e militarista.

Ao mesmo tempo, os militares, numa postura arrogante e autoritária, dizem abertamente que não irão cumprir a anistia proposta pela Constituinte, caso ela seja aprovada. Essas ameaças são graves e precisam ser prontamente rechaçadas pelo povo brasileiro. A anistia é uma questão de justiça e precisa ser cumprida. Queiram ou não os generais que insistem em mandar ilegítimamente no povo brasileiro, como se isso não bastasse, os setores conservadores insistem em impor à Nação um sistema eleitoral que representa um golpe profundo na democracia representativa no país. A instituição do voto distrital misto poderá significar a

derrota de todas as conquistas que porventura venham a ser obtidas na Constituinte, na medida em que transformará o Congresso Nacional numa cidadela inabalada do autoritarismo e do conservadorismo, impedindo que os partidos populares e progressistas conquistem espaço no Parlamento.

Nesse sentido, foram muito significativas as declarações do senador José Richa, um legítimo representante das forças reacionárias e verdadeiro ventríloco do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, perante a nata dos latifundiários brasileiros, reunidos na Associação Brasileira de Criadores de Gado. Naquela oportunidade, o senador Richa conclamou os latifundiários a se integrarem no lobby pelo voto distrital, dizendo que depois do distrital "todas as demais medidas sociais e econômicas virão por acréscimo". Tem razão o senador Richa. A adoção do voto distrital liquidará todas as conquistas sociais, econômicas e políticas que porventura forem obtidas na Constituinte.

O jogo, portanto, é duro. A direita se prepara para empurrar as propostas mais obscurantistas e reacionárias, formando um verdadeiro rolo compressor com vistas a manter na Carta Magna suas teses antinacionais e antipopulares, com ênfase no voto distrital. Tornar-se necessário e urgente das forças democráticas e populares para conter essa investida reacionária.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A sabotagem anarquista

Uma das preocupações constantes da burguesia é colocar uma cunha entre os militantes revolucionários e seus dirigentes. No início do século, Lênin já assinalava que os deputados burgueses na Alemanha provocavam os socialistas dizendo: "O movimento da classe operária não existe entre vós senão em palavras; na realidade é sempre o mesmo grupo de chefes que se mostra. Desde há anos, desde há dezenas de anos, são sempre o mesmo Bebel e o mesmo Liebknecht".

ATAQUES SEM PRINCÍPIOS

Esta gente não só faz alarido nos meios de comunicação - quantas vezes não vimos ataques desabridos contra Enver Hoxha quando este dirigente revolucionário estava vivo à frente do Partido do Trabalho da Albânia - como insufla elementos oportunistas dentro das fileiras comunistas. Agora mesmo acabamos de ver como o grupo dirigido por Antônio Barbosa, expulso das fileiras do PCdoB, tratou de destilar seu ódio burguês inventando as mais torpes calúnias contra João Amazonas. E outras pessoas, que ainda preferem atuar na sombra, sem escrever o que dizem, também tratam de dirigir suas farpas contra os chefes mais destacados do proletariado.

Ocorre que o movimento revolucionário não tem como se desenvolver; não pode enfrentar a guerra de classes e todo o aparato político, ideológico, econômico e militar da burguesia, sem uma organização rígida que conte com uma direção estável, composta de homens e mulheres provados na luta, experientes, preparados teórica e praticamente.

PROMOÇÃO PROLETÁRIA

Para semear a desconfiança, os oportunistas, sempre assoprados pela burguesia, tentam opor as bases às direções. Menosprezam a experiência dos trabalhadores em todo o mundo que comprova a necessidade de uma organização de revolucionários, onde a unidade de pensamento se concretiza na unidade de ação sob o comando de um centro único.

Não existe antagonismo algum entre militantes de base e dirigentes. Numa organização baseada na camaradagem e no propósito comum de pôr fim à opressão burguesa e abrir caminho para a verdadeira liberdade, para o socialismo e o comunismo, os dirigentes não se impõem por suas vaidades e por sua autopromoção. Mesmo nos períodos de rigorosa clandestinidade os revolucionários que se revelavam mais capazes, na prática, assumissem o comando. E, por outro lado, sempre que certos "chefes" passavam a colocar a si mesmos acima dos interesses coletivos, ou capitulavam frente às pressões burguesas, o movimento operário teve como afastar estas ervas daninhas.

PRETEXTO DESCABIDO

No caso de dirigentes que traíram a confiança dos revolucionários, nem sempre a substituição foi rápida. No Brasil, por exemplo, Luís Carlos Prestes manteve-se como dirigente um bom período após sua guinada para o revisionismo. Certas pessoas mal intencionadas apoiam-se neste mau exemplo para justificar seus ataques aos dirigentes comunistas. Dizem que o fato dos revolucionários insurgirem-se contra a direção permitiu à classe operária livrar-se desta cúpula contrarrevolucionária.

É no mínimo uma comparação desonesta. Combater elementos degenerados que se assenhorraram da direção é uma coisa. Atacar os comandantes marxistas-leninistas é outra de qualidade diversa. A luta contra Prestes foi um gesto de defesa do Partido Comunista. O combate às direções em geral é uma manifestação anarquista, contra a revolução.

(Rogério Lustosa)

VOTO DISTRITAL

O tûmulo da democracia

Enquanto a direita desenvolve um intenso esforço para incluir na nova constituição o voto distrital, os meios progressistas parecem não ter compreendido ainda os riscos que a proposta encerra. Por isso, a Tribuna publica agora o discurso do deputado Haroldo Lima na sessão extraordinária da Constituinte que discutiu o tema.

"O sistema eleitoral é dos temas mais importantes que temos a tratar nessa Constituinte. Interfere diretamente no caráter que virá a ter a ordem política que estamos formando; se será uma ordem democrática, progressista, em que a representatividade política das diferentes facções da sociedade estará garantida, ou uma ordem ditatorial, retrógrada, em que a representação política esteja mutilada, monopolizada às facções que excluem da vida política institucional outras facções. Portanto o tema de hoje diz respeito à própria existência de uma democracia em nosso país.

"Permita-me lembrar aos senhores constituintes que falo em nome de um partido que tem acumulado a maior experiência brasileira de luta contra o arbítrio e a discriminação política, o PCdoB. O meu partido, calejado em 65 anos de luta por se manter organizado e atuante, a despeito de perseguido e proibido, sente o faro das ameaças obscurantistas. É preciso começar por alertar a essa Assembléia que forças retrógradas querem levá-la a adotar o chamado voto distrital misto, que significaria vigoroso golpe contra a democracia em nossa terra e estigmatizaria a Constituição que estamos elaborando, independentemente do resto que ela contenha, como uma constituição reacionária, que teria sacrificado e corrompido a representação democrática no Brasil.

"Na verdade, existem dois tipos básicos de sistemas eleitorais: o majoritário e o proporcional. Cada um conduz a resultado diferente. Se se deseja eleger um mandatário, um presidente por exemplo, então faz-se necessário identificar a maioria, e o sistema eleitoral indicado é o do voto majoritário. Se o objetivo for, ao contrário, eleger uma assembléia que representa a heterogeneidade da sociedade, onde coexistem setores majoritários ao lado de minoritários, então o sistema a ser usado é o do voto proporcional.

O objetivo básico é aplastar os pequenos partidos

"A deformação ocorre quando se tenta usar o sistema majoritário, necessariamente excludente das minorias, para se eleger uma assembléia, que deve ser representativa do espectro das forças da sociedade.

"O voto distrital é o voto majoritário em um distrito. Consagra a maioria e exclui as minorias. E consagra a maioria que mais se aproveita dos dois maiores vícios deste tipo de eleição: o uso do dinheiro e da máquina do estado. O voto distrital é a sujeição ao poder econômico e a submissão aos mecanismos e recursos oficiais. O objetivo básico que persegue é o aplastamento das minorias.

"Eu poderia recorrer, inclusive para justificar o meu raciocínio, ao depoimento prestado a esta assembléia no dia 7/5/87 pelo professor Francisco Weffort. Embora seja ele próprio um defensor do voto distrital, o professor Weffort soube reconhecer que 'uma grande vantagem do sistema proporcional - e essa vantagem deve ser ressaltada - é de que possibilita a expressão das minorias'.

"Também Tancredo Neves nos dá essa importante lição. Em debate realizado em 1980 na Universidade de Brasília, ele fez questão de deixar claro: 'digo, com a maior franqueza, que sou um adepto do sistema proporcional de representação política'.

"É por que Tancredo defendia o voto proporcional? Ele alinhou três motivos para justificar suas posições. O primeiro é a necessidade da representação política das minorias: 'Onde realmente as minorias não se fazem representar, ou se fazem representar de forma injusta, inadequada e não correlata - dizia - a representação está mutilada e deixa de expressar o que deve significar'.

"O segundo aspecto diz respeito à própria presença das forças progressistas no Parlamento. Tancredo prosseguia: 'Tenho para mim, com base em minha longa experiência na vida pública, sobretudo encarando o aspecto

da realidade sócio-econômica do Brasil, que o sistema proporcional é o único capaz de promover a rápida democratização das estruturas e das instituições brasileiras. O sistema proporcional e realmente uma ação política que determina que as resistências reacionárias, conservadoras e imobilistas têm de ceder à pressão das reivindicações populares, fazendo com que a História siga sua marcha implacável'.

Também são vítimas os progressistas das legendas maiores

"Concluindo, ele levantava um terceiro argumento: 'a representação proporcional é a única, no Brasil, capaz de exigir representações a nível nacional e a nível intelectual elevado. Sabemos muito bem que a representação proporcional assegura a eleição de vultos eminentes da vida pública nacional que não teriam condições de estar no Parlamento se o critério de sua escolha fosse a escolha distrital'.

"E com fina ironia acrescenta o Dr. Tancredo: 'se no Brasil algum dia vier a ser implantado o distrito, não seriam mais eleitos para o Congresso Nacional os grandes vultos que imprimem diretrizes ou que apresentam uma contribuição nova para a solução dos problemas do Brasil. Mas seriam eleitos, em primeiro lugar, os latifundiários, os grandes proprietários de terra; em segundo lugar, o vigário; em terceiro lugar, o tabelião; e em quarto lugar, o prefeito'.

"Vemos, portanto, que o voto distrital representa a verdadeira negação da democracia representativa. Porque se pretende uma representação democrática, em que os diferentes setores estejam presentes e se opta por um sistema que aplastra as minorias, então esse sistema nega o objetivo perseguido, não introduz uma mera desvantagem, mas sacrifica inteiramente a representação plural'.

"Mas não é só isso. O voto distrital não aniquila apenas os partidos minoritários. O mesmo fator que o alija, o descompromisso com o poder econômico e com as forças oligárquicas, atinge também os setores progressistas dos partidos grandes, razão pela qual deve-se caracterizar politicamente o voto distrital, e qualquer de suas variantes, como um sistema atrasado, reacionário'.

"Ante a razão que significa para as hostes populares o distrital puro, ante a desfiguração completa a que isso conduziria o Parlamento, a direita passou a defender nessa Constituinte o chamado sistema distrital misto. A tentativa é canhestra e frustrada. O sistema distrital misto, ou seja, o uso do voto proporcional ao lado do majoritário, multi-

plificaria por dois o quociente eleitoral, fazendo com que, em um estado como São Paulo, passasse a ser necessário quase 500 mil votos para se eleger um deputado federal, meta difícil de ser atingida por quem não tem respaldo do poder econômico. Nas condições do Brasil o distrital puro seria a reimplantação aberta do coronelismo, e o distrital misto seria o prevalecimento do coronelismo socorrendo com o voto proporcional a quem não tem curras mas tem poder econômico.

"Não é de hoje que as forças reacionárias em escala mundial lançam mão do voto distrital para manter as minorias afastadas da cena político-parlamentar. A experiência mais ilustrativa, a que demonstra de forma mais clara o caráter reacionário do voto distrital como instrumento para esmagar os divergentes, ocorreu na França, em 1958. A influência do Partido Comunista crescia e o partido estava com 150 cadeiras. A imposição do voto distrital, como beneplácito do general De Gaulle, levou a redução drástica da bancada comunista na eleição de 1958: de 150 cadeiras, perdeu cerca de 80%.

O voto proporcional foi conquista da luta contra as oligarquias

"Penso que devemos observar também a tendência de outros países na definição de seus sistemas eleitorais. Particularmente nas duas últimas décadas, observa o cientista Bolívar Lamounier, em seu depoimento nessa casa, em 6/5/87, o sistema eleitoral 'mudou-se de majoritário para proporcional, não ao contrário, no mundo inteiro'. Na França, legislação de 1986 determinou o retorno ao sistema proporcional. Por onde se vê que o voto distrital é uma experiência em extinção no mundo atual.

"Extremamente rica em lições para se identificar qual o sistema progressista e qual o reacionário, também a experiência brasileira. A tradição eleitoral durante todo o Império e a República Velha foi a do sistema distrital, que teve algumas variantes. Durou 77 anos e sempre serviu com a maior eficiência à manutenção das forças oligárquicas. As minorias sempre foram aplastradas'.

"E no bojo da chamada Revolução de 1930, com o impulso renovador das idéias liberais, que em 1932 elaborou-se novo código eleitoral, criou-se a Justiça Eleitoral, as mulheres conquistaram o direito de voto, acabou-se com o voto distrital e instituiu-se o proporcional. A partir de 46 até 64 estas conquistas são consolidadas.

"Durante o regime militar, parlamentares de feição acentuadamente conservador encaminham proposições legislativas para voltar ao sistema distrital da República Velha. Tarso Dutra propôs o distrital misto do tipo alemão. Gustavo Capanema em 1969, e depois Cantídio Sampaio,

Jorge Arbage e Rubens Figueiredo propuseram o distrital misto. E em 1977, através do projeto de lei nº 280, José Sarney propôs o distrital puro.

É tão reacionário que Figueiredo tentou ressuscitá-lo

"Justamente por ser uma bandeira reacionária, o voto distrital não poderia deixar de ser de novo levantado pela ditadura dos generais. E a Emenda Constitucional nº 22, patrocinada pelo general João Batista Figueiredo, procurou estabelecer no parágrafo único de seu artigo 148: 'igualmente na forma que a lei estabelecer, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, majoritário e proporcional'.

"A semelhança do que acabo de ler com o texto do atual projeto de Constituição é tal que poder-se-ia dizer que a proposta do voto distrital misto do dito projeto de Constituição é de autoria do general João Batista Figueiredo.

"Senhor presidente, senhores constituintes.

"Quero, ao terminar, trazer sobre o assunto o testemunho do atual presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

"No mesmo debate realizado em 1982 na Universidade de Brasília do qual participou Tancredo Neves, o doutor Ulysses teceu judiciosas considerações sobre o sistema eleitoral. Entre outras afirmações, disse ele:

"Quero de início dizer que como o senador Tancredo Neves sou favorável ao sistema de representação proporcional'.

"Ora, parece ser um dado indiscutível que a sociedade é múltipla. A sociedade é controvertida, é polêmica e eu diria melhor afirmar que ela é pluralista. A sociedade não é uma, muito menos uniforme (...). Se isso parece indiscutível, tanto mais representatividade haverá naquele sistema que melhor fotografe que melhor retrate a sociedade múltipla, com tantas opiniões, tantos segmentos, tantos setores. E é o que ocorre com o sistema de representação proporcional (...) É preciso que se diga aqui que o sistema distrital é adotado contra as minorias, principalmente as minorias ideológicas!

"Encerro, senhor presidente, dizendo que seria grave golpe na marcha democrática dos brasileiros se, depois de 21 anos de luta contra o regime ditatorial, a Constituinte deliberasse restaurar, em essência, o sistema eleitoral do Império e da República Velha, banido do Brasil pelo movimento renovador de 30, ressuscitado pelo general Figueiredo na sua Emenda 22, de novo derrotado pelo Congresso brasileiro. Não foi para tanto reacionarismo que lutamos por uma Constituinte no Brasil.



Advertência de Haroldo: "O distrital golpeia os setores progressistas de todos os partidos"

DE OLHO NO LANCE

Muita cara de pau

Chefe do SNI e ditador durante um período de seis anos. Terminou o mandato repudiado por todos. Até os pedessistas na época cuidavam de aparecer como oposição. Para terminar, ao sair do Palácio do Planalto, de mau com o mundo, declarou raivoso: "Me esqueçam". Pouco tempo antes, numa entrevista para a televisão, revelou seu "apreço" pelos brasileiros dando uma "banana" para os telespectadores. Sua marca registrada é preferir o cheiro de cavalo ao cheiro do povo.

Pois bem, todos já sabem que se trata do general Figueiredo. Ocorre que esta figura sinistra resolveu voltar à cena. Dizem inclusive que, assessorado pelos ex-ministros Walter Pires, do Exército, Délio Jardim, da Aeronáutica e César Cals, das Minas e Energia, está disposto a disputar eleições para presidente da República. E como primeiro gesto neste sentido, o general fez publicar na grande imprensa uma longa "aula" sobre democracia. O texto, longo, enfadonho, cínico, não convence ninguém evidentemente. E o próprio Figueiredo chamou o artigo de entrevista. Mas pouco importa. De democracia também ele não entende nada. Nem de eleições, das quais é inimigo feroz. Em todo caso, não esqueçam tal personagem.

GREVE GERAL

"Verdadeira batalha de classes"

Sérgio Barroso, membro da Executiva Nacional da CGT (Central Geral dos Trabalhadores), ganhou espaço na imprensa durante o processo de convocação da greve geral do último dia 20. De certa forma, ele personificou os setores mais progressistas do sindicalismo, que defendiam a realização do protesto e, para viabilizá-lo, a articulação unitária com a CUT. No dia da paralisação, o sindicalista alagoano se deslocou para São Paulo para ajudar no comando da paralisação nacional. Devido sua postura combativa, Barroso se tornou o principal alvo das críticas raivosas das correntes direitistas do sindicalismo brasileiro.

A *Tribuna Operária* entrevistou o dirigente da CGT no dia seguinte à greve. Ele fez um balanço inicial da paralisação do dia 20, de suas dificuldades e êxitos. Também falou dos possíveis desdobramentos do protesto.

TO: A imprensa burguesa, em geral, afirma que a greve do dia 20 foi um fracasso total, visão que é compartilhada pelo governo, patrões e certos sindicalistas. Qual é a sua avaliação?

Barroso: Eu acredito que a greve geral cumpriu seus objetivos. Ela expressou o descontentamento de expressiva parcela dos trabalhadores com a política econômica do governo Sarney. Em vários Estados a paralisação foi total, atingindo os setores essenciais da economia. Alguns locais inclusive superaram as expectativas. É o caso do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, onde houve bom índice de adesão ao protesto. No Nordeste, em muitas capitais, ninguém foi trabalhar e a greve foi ativa, com manifestação de rua, inclusive de lavradores.

Agora a greve teve seus pontos fracos. O principal foi em São Paulo. Na maior concentração operária do país, ela

quase inexistiu. Isto devido a vários fatores. O sintoma de recessão, com o aumento do desemprego, é um deles. Outro é que a burguesia jogou mais pesado e com habilidade. Alguns setores empresariais inclusive concederam parte do resíduo salarial na véspera da paralisação para inviabilizá-la. Houve também a ação sabotadora de dirigentes de importantes sindicatos, que não mobilizaram suas bases e deram declarações contrárias ao movimento.

TO: Dá para fazer comparação com a greve geral de dezembro passado?

Barroso: Numa primeira comparação, a gente nota que existem grandes diferenças entre a greve do dia 12 de dezembro e a de agora. No dia 12, o governo Sarney encontrava-se num momento de vacilação e de indefinição quanto a uma estratégia mais concreta de política econômica. Naquele momento, praticamente todas as forças sindicais, com distintas razões políticas, uniram-se para protestar contra o Cruzado II. A presença da USI foi um fato significativo. O governo sofria oposição do imperialismo, do latifúndio, através da UDR, da grande burguesia brasileira, dos trabalhadores e do povo em geral. Encontrava-se isolado.

Na medida em que Sarney e seu governo se aliam claramente num projeto de direita, de caráter entreguista, vários setores que lhe faziam oposição, inclusive no interior do movimento sindical, investem contra qualquer mobilização de protesto dos trabalhadores. O governo fala em converter a dívida externa em investimentos, no fim da reserva de informática, aponta a Coreia e Formosa como exemplos de modelos econômicos a serem seguidos, e alguns dirigentes sindicais o apóiam publicamente.

A greve geral do dia 20 se deu nessa situação nova. Foram necessárias várias tentativas para realizá-la de forma unitária. E, quando se fixou uma



Sérgio Barroso, dirigente da CGT, avalia que a greve foi positiva apesar dos obstáculos, como a repressão

data unificada, ocorreu uma sabotagem política nunca vista a partir de setores do sindicalismo, para satisfazer o projeto do Planalto, do imperialismo e da grande burguesia. A USI logo pulou fora, atacou duramente a convocação da greve. Em São Paulo, Magri e Medeiros; no Rio Grande do Sul, Ricardo Baldino; em Minas Gerais, Teodoro Guimarães e Jorge Norman; todos esses da CGT, atacaram raivosamente a paralisação. Também houve o caso do Paulo Azevedo, afinado com a CUT, que reforçou o coro dos pelegos em São Paulo.

TO: Essa ação foi fundamental no debilitamento da greve?

Barroso: Claro. Junto com a grande imprensa, o patronato e o governo, estes sindicalistas jogaram pesado contra a greve. Fizeram de tudo para boicotá-la e, quando ela saiu, fizeram de tudo para vender a idéia do fracasso total. Isto é uma grande mentira. Usando-se das próprias informações da imprensa - e não de sua manchetes - percebe-se que em todo o Brasil, inclusive em inúmeras cidades do interior, a greve envolveu milhões de trabalhadores.

É necessário, então, com-



prender a batalha que se travou. A pressão contra sua realização foi um ato inusitado. Repressão, prisões e a ação do próprio Exército não conseguiram, entretanto, evitar que a insatisfação popular ficasse cabalmente demonstrada. As ações e declarações dos dirigentes sindicais de direita, aplaudindo os patrões e bombardeando a greve, também não atingiram plenamente seus objetivos.

TO: Alguns sindicalistas afirmam que a greve ocorreu num momento inoportuno, que não havia clima na base...

Barroso: O próprio jornal "Folha de S. Paulo", que trabalhou durante um mês contra a greve, desmentiu essa visão com uma pesquisa realizada na capital paulista. Segundo ela, 87% dos trabalhadores entrevistados concordavam com os motivos do protesto. Destes, 40% se comprometeram a aderir ao movimento e 17% se mostravam indefinidos.

Mas ocorreram problemas na convocação da greve. Foram marcadas três datas - 15

de julho, 12 de agosto e 20 de agosto -, o que gerou confusão nas bases e, do ponto de vista tático, abriu flancos para sabotagem. Além disso, há também as debilidades conhecidas do sindicalismo, o ainda débil respaldo nas bases, a falta de organização nas empresas.

TO: Quais deverão ser os desdobramentos desta greve?

Barroso: Ainda é cedo para prever. Agora, uma coisa é certa: a greve não se encerra em si. Ela faz parte da luta maior dos trabalhadores pelas mudanças no país. É preciso manter a mobilização, a denúncia e a luta de diversas formas contra o arrocho salarial, a recessão, o entreguismo.

Por outro lado, acho que vai se intensificar a discussão no interior do movimento sindical. Os setores de direita do sindicalismo partiram para a ofensiva no processo da greve geral. Precisamos juntar todas as forças que defendem o avanço para combater esse setor que tem vínculos abertos com o imperialismo e adota posturas pelegas e fura-greves.

Resistência na Ford

Continua o impasse na greve dos metalúrgicos da Ford do Ipiranga, na capital paulista. Os 1.300 operários da multinacional iniciaram a paralisação no último dia 17 reivindicando o pagamento do resíduo inflacionário de 21,26%; pagamento de 48 horas semanais pelas 45 horas trabalhadas; estabilidade no emprego; e a manutenção do setor de ferramentaria. A empresa pretende transferir o setor para São Bernardo, o que ocasionará centenas de demissões. Com a eclosão da greve, a Ford inclusive já dispensou 135 operários e garante que fará novas demissões.

Na última rodada de negociações, dia 25, a direção da empresa e os membros da Comissão de Fábrica não chegaram a nenhum acordo. A multinacional insiste no retorno ao trabalho e não faz concessões sérias. Nas assembleias diárias realizadas na firma, os trabalhistas tem manifestado disposição de continuar a mobilização.

Professores parados

Em assembleia realizada na terça-feira, dia 25, os professores da rede privada de Minas Gerais decidiram prosseguir a greve que já dura duas semanas. A categoria reivindica o cumprimento do acordo firmado no início do ano que previa um reajuste salarial de 144,8% a partir de julho. O próprio presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Roberto Dormas, reconhece o não cumprimento do acordo. Apesar disso, as escolas se recusam a conceder o aumento. Com a paralisação, cerca de um milhão de estudantes estão sem aulas em Belo Horizonte. A direção do sindicato da categoria informa que a greve conta com o apoio da população e que tem pique para prosseguir o movimento.

Violência na Ericsson

Após 17 dias de greve, os aproximadamente 3 mil operários da Ericsson de São José dos Campos (interior de São Paulo) retornaram ao trabalho no último dia 24. O fim da paralisação foi forçado pela decretação da ilegalidade do movimento proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho. Após a decisão do TRT, a multinacional passou a agir com maior violência contra os grevistas. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ela inclusive se utilizou de um forte aparato policial para intimidar os trabalhadores e obrigá-los a retomar as atividades. Além disso, ocorreram 123 demissões - e os demitidos foram impedidos pelos policiais da PM de entrarem na fábrica.

Os metalúrgicos reivindicavam reposição salarial de 37,74% e 10% de aumento real. Embora decretando a ilegalidade da greve, o TRT também determinou o pagamento pela empresa dos 37,34% relativos às perdas salariais dos últimos meses. Entretanto, a Ericsson já recorreu na Justiça para não cumprir a determinação.

Vereadores protestam

A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou no último dia 21 um manifesto de protesto contra as agressões sofridas pela vereadora Jussara Cony (PCdoB) durante a greve geral. No dia da paralisação, a PM gaúcha agiu com grande violência. Cerca de 100 pessoas foram detidas. Nem mesmo a imunidade parlamentar foi respeitada. Jussara Cony, que dava apoio a um piquete numa garagem de ônibus, foi atingida no rosto por uma bomba de gás lacrimogênio. Pouco depois, foi novamente agredida por PMs.

Em nota oficial publicada nos jornais da capital gaúcha, todas as lideranças partidárias da Câmara Municipal exigiram "do Governo Federal e Estadual, plenas garantias à integridade dos parlamentares, inclusive com a apuração total de responsabilidades ocorridas".

Ato dos sem-terras

No último dia 25, cerca de 350 agricultores sem terra de São Paulo realizaram um ato de protesto em frente aos portões do Palácio dos Bandeirantes. Eles não foram recebidos pelo governador Orestes Quércia, mas deixaram um documento onde reivindicam a agritação da reforma agrária.

Manobra diversionista dos pelegos

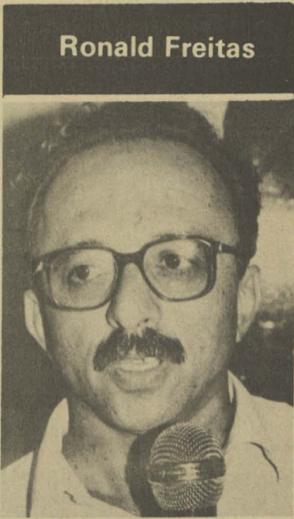
Nos últimos dias a imprensa tem divulgado declarações do sr. Antônio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, e do sr. Luis Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos, defendendo a "expulsão" dos partidos políticos da CGT, em particular o PCdoB. Que interesse de fundo está por trás de tais propostas? A quem serve essa polêmica?

Magri e Luis Antônio, ao assim procederem, aplicam a política de criar confusão e dividir o movimento sindical, desmoralizando-o diante da opinião pública. Procuram criar condições para implantar um sindicalismo colaboracionista, a serviço dos patrões em geral e do imperialismo norte-americano em particular. Afinal se alguém está na berlinda na CGT, são exatamente estes dois fura-greves, que romperam com as decisões do Congresso de fundação da entidade, que se pronunciou a favor da estabilidade, e com a plenária que votou a favor da greve geral.

Essa falsa polêmica surge num momento crítico para o sindicalismo brasileiro, quando, na Constituinte, se prepara um duro golpe com a institucionalização do pluralismo sindical, a negação da estabilidade e da semana de 40 horas.

MANOBRAS DIVERSIONISTAS

A CGT, CUT e USI são um espelho da realidade do nosso sindicalismo, de sua complexidade, seus acertos e suas debilidades. O sindicalismo vive, nos quadros desta divisão, enormes dificuldades para se apresentar diante das massas trabalhadoras com entidades atuantes e prestigiadas. Superar esta situação depende de um duro processo de luta política contra o patronato e seus agentes



Ronald Freitas

PONTO DE VISTA SINDICAL

encastelados nos sindicatos.

A polêmica levantada por Magri e Medeiros, neste momento, tem o caráter de uma manobra diversionista, visando retirar da pauta o debate dos grandes temas nacionais, de interesse político-sindical e, aí sim, "partidarizar" as discussões, no mau sentido, e impedir a atuação das entidades em defesa das causas maiores dos trabalhadores.

O problema da CGT não é se lá atuam sindicalistas que têm opções político-partidárias, pois todos, ou quase todos, são filiados a um ou outro partido e militam com intensidade. O próprio Medeiros foi pré-candidato a deputado estadual pelo PTB de São Paulo e apoiou o multimilionário patrão Antônio Ermirio de Moraes para o governo do estado em 1986. E Magri foi também mentor, e ativo cabo eleitoral, de Aluisio Azevedo, na disputa de uma vaga de deputado estadual pelo PTB. Assim, é falso colocar as coisas contra

os que tem uma posição político-partidária. O que existe é um combate entre duas concepções de sindicalismo.

DUAS LINHAS

De um lado Magri e Medeiros deixam cair a máscara e passam a defender abertamente um sindicalismo à americana, colaboracionista, onde a luta é substituída pela capitulação diante dos patrões, e a defesa dos interesses históricos dos operários é trocada por reivindicações de migalhas da mesa da burguesia.

De outro lado situa-se a imensa maioria do movimento sindical que, diante da brutal exploração capitalista, não tem outro caminho senão o da unidade e da luta, tanto pelas reivindicações imediatas como pelos direitos essenciais dos trabalhadores.

A CGT, no seu Congresso de fundação, assumiu um elenco de propostas que a colocam em sintonia com o sindicalismo de combate e contra a colaboração patronal. É esta concepção que Magri e Medeiros pretendem alijar da CGT. Para isto lançam uma cortina de fumaça "contra os partidos políticos". Na realidade procuram perpetrar um golpe na CGT, modificando seus objetivos e estatutos, para, dessa maneira, controlá-la e colocá-la a serviço de seus patrões, inviabilizando-a.

Em meados de setembro deverá se realizar uma reunião do Conselho Nacional da CGT. Ai, temos certeza, os sindicalistas saberão, mais uma vez, traçar rumos para a sua atuação consentâneos com um sindicalismo de classe, independente dos patrões e do governo - e cada vez mais distante dos pelegos.



Daniel Gomes, do Sinditêxtil, é o primeiro presidente da CGT

CGT-BAHIA

Congresso de luta

Marcado pela unidade dos delegados e pelo protesto contra a política econômica do governo, foi realizado no último dia 16 o Congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) da Bahia. Participaram 178 delegados eleitos em 40 sindicatos e associações urbanas e 11 rurais. A primeira diretoria será presidida por Daniel Gomes de Almeida, presidente do Sindicato dos Têxteis, uma das lideranças mais combativas do sindicalismo baiano.

Os trabalhadores participantes do encontro condenaram com firmeza a orientação política do governo Sarney e do Plano Bresser, classificada como entreguista e covarde, por não enfrentar com altivez a ganância dos banqueiros internacionais, aceitando a receita amarga do FMI. De maneira unânime os presentes decidiram lutar por eleições diretas em 88, pela suspensão do pagamento da dívida externa e o fim do entulho autoritário - como a Lei de Segurança Nacional, que voltou a ser aplicada contra os democratas.

O Congresso tomou posição em defesa da unidade e unidade do movimento sindical e contra a aprovação da Conven-

ção 87. Condenou também o projeto do ministro Almir Pazianotto, que tenta modificar para pior a atual legislação trabalhista.

Ficou como taretta da diretoria a estruturação das secretarias da entidade, além dos departamentos de aposentados e dos menores trabalhadores, de saúde e segurança do trabalho. Outra indicação do encontro foi a criação de CGTs regionais para enraizar a entidade em todo o Estado, apoiando os trabalhadores em suas lutas contra a exploração e por melhores condições de vida.

Daniel Gomes, no discurso de encerramento, destacou a necessidade da unificação dos trabalhadores: "Vamos nos unir para lutar, principalmente neste momento em que o governo adota uma política entreguista, antinacional e antipopular". O presidente da entidade afirmou também que a CGT-Bahia será uma trincheira de luta e resistência. Ele repudiou veementemente as posições reacionárias e direitistas de Antônio Magri e Luis Medeiros, taxando-os de traidores infiltrados no movimento sindical. (da sucursal)

SACCO e VANZETTI

Vítimas da justiça dos opressores

Em 23 de agosto de 1927 foram executados, nos Estados Unidos, os operários Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti. Foram vítimas de um complô da burguesia e o governo estadunidense, interessados em justificar a repressão ao movimento operário no país - os dois executados eram imigrantes italianos e professavam o anarquismo. Em 1977 o governo de Massachusetts admitiu que a "justiça falhou" e anistiou os dois anarquistas. Mas recusou-se a reabrir o processo e colocar à luz do dia o caráter de classe do Poder Judiciário ianque.

Sacco e Vanzetti foram eletrocutados sob a alegação de que teriam assassinado, em 15 de abril de 1920, o pagador da firma Slater & Merrill, que transportava o total da folha de pagamento da empresa, na cidade de South Baintree. Um guarda também foi morto na ocasião.

A polícia, levada pelo fato de que, de acordo com testemunhas, o crime havia sido cometido por italianos que tinham um carro, passou a vigiar o operário anarquista Boda. Este operário imigrante havia emprestado seu carro para dois compatriotas também anarquistas, Sacco e Vanzetti. A partir desse raciocínio simplório, os dois italianos foram presos. Logo, governo e patronato passaram a alardear que dois subversivos estrangeiros estavam colocando em perigo a sociedade capitalista nos Estados Unidos. Já não se tratava de investigar quem eram os autores do roubo e assassinato do dia 15 de abril. Aos patrões interessava "provar" à opinião pública que eram Sacco e Vanzetti os assassinos, e assim desencadear a repressão ao movimento operário.

As testemunhas de acusação foram abertamente forjadas

"As testemunhas de acusação eram forjadas despidoradamente e as de defesa não eram sequer consideradas, ou, então, eram ameaçadas, direta ou indiretamente. Diante do temor generalizado, da repressão aberta ou subliminar, somente a acusação tinha vez. As testemunhas se desdiziam de acordo com os interesses da acusação", conta o historiador Clóvis Moura no seu excelente livro "Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro".

Os dois operários - Sacco fora pedreiro e era peixeiro no momento da prisão, Vanzetti era carpinteiro - foram levados a julgamento depois de um ano de encarcerados. Foram condenados à morte na cadeira elétrica em 14 de junho de 1921.

Cientes da sentença, Nicola Sacco escreve a seu filho: "Dante, eles podem crucificar

os nossos corpos hoje, como estão fazendo, mas não podem destruir nossas idéias que permanecerão - para os jovens do futuro. Dante, ainda uma vez te digo, ama a tua mãe, fica perto dela e de todos os outros, nestes dias tristes, pois estou certo de que com o apoio do teu coração valente e a tua bondade, eles se sentirão um pouco melhor. E não te esqueças de amar-me um pouco, meu filho. Porque eu penso muito e sempre em ti".

Carta dos condenados responsabiliza a classe dos capitalistas

Os dois condenados escreveram também uma carta conjunta à opinião pública: "Não fomos surpreendidos pela decisão porque sabemos que a classe capitalista é dura e não tem compaixão para com os bons soldados da revolução. Sentimo-nos orgulhosos com a morte. Cairemos como outros anarquistas têm caído. É agora a vossa vez, meus irmãos e camaradas".

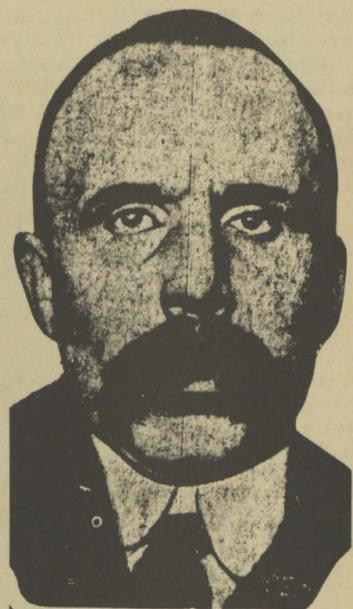
O mundo se mobilizou denunciando a justiça de classe burguesa. Romain Rolland, André Gide, Albert Einstein, Anatole France, madame Curie e George Bernard Shaw, dentre outras personalidades, protestaram contra a sentença. Também a Internacional Comunista se manifestou. No Brasil, foi criado um Comitê Popular de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti.

Clóvis Moura destaca: "Sacco e Vanzetti são presos em 1920 - dois anos após o término da Primeira Grande Guerra - e executados em 1927 - dois anos antes da debacle da Bolsa dos Estados Unidos, da depressão e das suas consequências em todo o mundo capitalista. Este período é muito significativo, porque representa o início da crise geral do capitalismo e expressa um dos seus sintomas mais evidentes: a grande depressão".

Para desbaratar o caráter rancoroso, de classe burguesa, do processo judicial, basta lembrar que houve um criminoso, Celestino Madeiros, de nacionalidade portuguesa, que con-



Nicola Sacco (à esquerda), pedreiro e peixeiro; Bartolomeu Vanzetti, carpinteiro. Os dois eram anarquistas italianos que foram morar nos Estados Unidos. Mas na terra do Tio Sam a burguesia e o governo estavam procurando um pretexto para reprimir o movimento operário. Por isso, responsabilizaram Sacco e Vanzetti por um assalto e os condenaram à cadeia elétrica. Cinquenta anos depois de executados eles foram anistoados. Mas o governo ianque recusou-se a rever o processo, que desnudaria o caráter burguês do julgamento a que foram submetidos os operários.



fessou a autoria do assalto e assassinato do dia 15 de abril. Mas o corregedor de polícia jogou sua confissão, escrita, no lixo. Madeiros escreveu, então, uma segunda confissão e a remeteu a Nicola Sacco, mas a justiça norte-americana não a tomou em consideração.

"Dignidade" da justiça exige a condenação, mesmo de inocentes...

E não era para menos. É só ver a declaração do juiz Thayer, que foi responsável pela sentença: "Ou consigo contra tudo sentar na cadeira elétrica Sacco e Vanzetti ou atiro à rua a minha toga de juiz". Outra pérola, esta pronunciada pelo promotor: "Ainda que a inocência de Sacco e Vanzetti se provasse tão clara como a luz do sol, a

dignidade da justiça exige que sejam condenados".

Cinquenta anos após a morte dos dois operários anarquistas, o governo do Estado de Massachusetts reconheceu a inocência de Sacco e Vanzetti. Recusou-se, contudo, a reabrir o processo e reabilitar os dois inocentes juridicamente. A justiça dos EUA tem de ser intocável! A burguesia não titubeia em fazer prevalecer seus interesses mesquinhos e hipócritas, mesmo que para isso tenha que atropelar a verdade dos fatos. Acima de todas as verdades, está o seu sagrado direito de manter o sistema social de exploração e opressão dos operários. E para mantê-lo, é necessário extirpar as cabeças mais conscientes. É a lógica de classe dos que vivem da miséria dos outros.

(Salette Mognoni e Carlos Pompe)

A defesa acusa

Em 9 de abril de 1927, ao ser comunicada a sentença de Sacco e Vanzetti, os dois condenados tiveram o direito de fazer suas declarações. Sacco falou pouco, pois não dominava o idioma inglês. Já seu companheiro fez um apaixonado discurso, do qual publicamos trechos a seguir:

"O que eu tenho a dizer é que sou inocente, não apenas do crime de Braintree, como também do de Bridgewater. Que não sou apenas inocente desses delitos, como toda a minha vida jamais roubei, assassinei ou derramei uma gota de sangue. (...)

"Isto quer dizer que não sou apenas inocente de todas as acusações que se me fazem, não apenas não cometi um delito em toda a minha vida - erros talvez, porém não delitos - não apenas combati o crime durante toda a vida para eliminar os delitos, os crimes que a lei oficial e a lei moral condenam, como também o delito que a moral oficial e a lei oficial admitem e santificam: a exploração do homem pelo homem. E se existe alguma razão, sou aqui acusado, se há alguma razão pela qual podeis condenar-me em poucos minutos, a razão é esta e não outra. (...)

"Será possível que alguns membros do júri, somente dois ou três homens condenariam a sua própria mãe se isto conviesse aos interesses egoístas de seu mundo, tenham direito de condenar aquilo que o mundo, todo o mundo, considera uma injustiça? Se há alguém que pode saber se esta condenação é justa ou injusta, somos Nicola Sacco e eu. E você nos vê, juiz Thayer: há sete anos estamos encarcerados. O que nós dois sofremos nestes sete anos, nenhuma língua humana pôde contar; no entanto, você está vendo: não tremo diante de você; você vê: olho-o diretamente nos olhos, não fico ruborizado, não mudo de cor, não me envergonho nem sinto medo. (...)

"A Madeiros foi concedido um novo processo, porque o juiz se esqueceu de advertir o júri de que o acusado deve ser considerado inocente até o momento em que tenha sido provada sua



culpa no Tribunal, ou coisa desse estilo. No entanto, aquele homem havia confessado. Aquele homem confessou enquanto processado; a Corte concedeu-lhe outro processo. Nós já demonstramos que sobre a face da terra não podia ter existido um juiz mais injusto e cruel do que você, juiz Thayer, foi conosco. Isto já o demonstramos. No entanto, negam-nos ainda um novo processo. Nós sabemos que, no fundo do seu coração, você reconhece estar contra nós desde o princípio, antes mesmo de nos haver visto. Você sabia que éramos os radicais, cães leprosos. (...)

"Já disse que não apenas não sou culpado desses crimes, como não cometi crime algum em toda a minha vida: jamais roubei, matei ou derramei uma gota de sangue; lutei contra o crime, lutei até com o meu próprio sacrifício para eliminar os crimes que a lei e a Igreja admitem e santificam.

"Isto é o que queria dizer. Não desejaria para um cão, nem para uma serpente, nem para a criatura mais miserável e infeliz da terra, o que eu tenho de sofrer por crimes dos quais sou inocente. Porém, minha convicção é outra: sofri por culpas que tenho efetivamente. Sofri por ser radical; e de fato sou um radical; sofri por ser italiano, e, de fato, sou italiano; sofri mais por minha família e pelas pessoas que me são queridas do que por mim mesmo; porém, estou tão convencido de que estou com a razão e que se você tivesse o poder de matar-me duas vezes e eu pudesse nascer duas vezes, voltaria a viver para fazer de novo exatamente o que fiz até agora.

Terminei. Muito obrigado".



"Versatilidade e dinamismo nas formas. Essas são as características marcantes nos trabalhos de Jorge do Rêgo, um artista que trabalha as formas com incrível malabarismo". Assim o chargista Mayrink apresenta a exposição "Entre o sono e a vigília", do jovem artista carioca Jorge do Rêgo. A exposição ocorre de 26 de agosto a 5 de setembro, na Fundação Casa do Estudante do Brasil, praça Ana Amélia, 9, 8º andar, Castelo, Rio de Janeiro.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

- Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
- Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
- Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
- Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
- Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo
CEP: 01318

Tribuna Operária

-Fone: 221-5444 - CEP 58100.

MATO GROSSO - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: R. Saldanha Maranhão, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80.000. Londrina: R. Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64.000.

PERNAMBUCO - Cabo: R. Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigiário José Inácio, 687 - CEP 90000.

Bento Gonçalves: R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas.

Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Jui: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98900.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8, 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amália Pereira, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25200. Nova Friburgo: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 419 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Botucatu: R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. Campinas: R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oásis Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Caixa Postal 74 - CEP 01318 - Paulo de Castro Freixo, 4 - Fone: 35 9728 - Impressão: Cia. Jorúcs. Fone: 815-4999 - São Paulo

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel. ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: R. Simom Boliivar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: R. Grande, 921

Trágica cena final para Pixote

Poderia ser mais uma cena do filme "Pixote, a lei do mais fraco". Encurralado por policiais numa favela de Diadema, no ABC paulista, Fernando Ramos da Silva, 19 anos, pedia clemência, mas foi fulminado com oito balaços no corpo. O trágico de tudo isso é que não havia nenhuma encenação, mas a dura realidade. Assim terminava a vida do personagem que viveu Pixote nas telas do cinema e emocionou platéias do Brasil e de vários países.

Sete anos após ser considerado um ator revelação ao interpretar Pixote, muita coisa mudou na vida de Fernando Ramos da Silva. O seu sonho de sair da miséria com o sucesso se esborrou e passou a viver a triste realidade dos milhões de marginalizados por ele tão bem encenada - como se fosse uma pré-estréia do que viria a ocorrer. Depois de desempenhar alguns poucos papéis no cinema e TV, ficou muito tempo desempregado e se envolveu em alguns casos de roubo. A partir daí a polícia passa a lhe fazer marcação cerrada. Os policiais consideravam Fernando "um vagabundo que se julgava artista".

O último ato da vida de Pixote começou na tarde do dia 25, terça-feira, no Jardim Canhema, em Diadema. A polícia afirmou que Fernando teria participado de dois roubos naquele dia e foi morto quando resistia ao cerco policial com um revólver calibre 32. Mas, segundo testemunhas, o que provavelmente ocorreu foi uma execução sumária.

Dona Josefa, mãe do jovem morto, diz que seu filho saiu de casa por volta das 16 horas para buscar gasolina e foi confundido com um assaltante. Ela explica: "Avisaram ele que a polícia estava por perto. Como a polícia vivia no pé dele, ele correu. Se escondeu debaixo da cama de uma velhinha e morreu".

Pixote tentou se esconder num quarto da habitação coletiva de dona Carmelita Caetano Martins. Ela conta que ouviu o barulho do jovem correndo pela casa e os tiros. "Depois vi a polícia levando o rapaz. Ficou sangue debaixo da cama de minha mãe", diz dona Carmelita.

A dona da casa desmente a versão policial de que Fernando estava armado. "Não houve tiroteio nenhum, pode olhar aqui se há marcas de balas disparadas de dentro para fora do quarto. O Pixote estava desarmado", explica. Helena Maria Romualdo, nora

de dona Carmelita, afirma que inclusive ouviu Pixote gritar: "Não me matem, eu tenho uma filha para criar". O legista que examinou o corpo declarou que "a maioria dos tiros foi disparado de cima para baixo", o que sugere que Pixote estava agachado ou deitado quando foi baleado.

Um favelado que sonhava ser astro

Fernando Ramos da Silva era um garoto como tantos outros deste nosso país que vivem marginalizados de tudo: da escola, do trabalho, da moradia. Talvez fosse mais uma vítima anônima da violência policial se não tivesse se tornado nacionalmente conhecido por seu trabalho em "Pixote".

Sexto filho de uma família de dez irmãos, Fernando desde cedo presenciou os sacrifícios que sua mãe fazia para sustentá-los. Com oito anos de idade perdeu o pai - carregador de sacos - e Dona Zefa mantinha sozinha os filhos vendendo bilhetes de loteria nas ruas do centro de São Paulo. Sua primeira experiência no palco foi em 1975, interpretando um garotinho vendedor de doces na peça teatral "O último carro".

Ao ser selecionado, em 1979, entre 1.300 meninos para ser o astro principal do filme "Pixote, a lei do mais fraco", parecia que aquele mundo de dificuldades ficaria para trás. Essa ilusão durou pouco. Apesar do sucesso do filme no Brasil e no exterior, recebeu apenas o equivalente a mil dólares por seu trabalho. Em 1981 participou de duas novelas da TV Globo, dos filmes "Eles não usam black-tie" e "Gabriela", além de duas peças de teatro. Sua carreira na tela seria meteórica, pois tinha dificuldade para ler os scripts porque não conseguia concluir o curso primário e isto era mais uma barreira a seus objetivos.

Em 1982, com as portas do



trabalho fechadas à sua frente, a fome volta a bater no lar de dona Zefa. De repente o jovem Pixote volta ao noticiário, mas desta vez nas páginas policiais. No dia 31 de maio de 1984 ele foi preso pela primeira vez e torturado numa delegacia de Diadema, acusado de furto. Continuava desempregado.

A lei do mais forte acabou prevalecendo

Nesta época a reportagem da **Tribuna Operária** foi até sua casa em Diadema entrevistá-lo. Ele não quis falar com a imprensa, magoado com as acusações de que era um bandido. Sua mãe, sentada ao lado do filho, criticava a polícia e explicava que Fernando tinha um bom coração e ficava revoltado com a miséria. Segundo dona Zefa, certa vez ele viu sua irmã passando fome e prometeu que "um dia as coisas iam mudar, ou pra melhor ou pra pior". Com a tristeza estampada na face, ela acrescentava: "O Fernando nunca quis luxo.

Cenas de uma vida: Fernando em 1979, interpretando Pixote; em 1984 com a mãe (à direita) e a tia e em 1985 com a esposa (foto ao lado)



O que ele quer é ter as coisas dentro de casa para os irmãos".

Fernando abriu uma sindicância para apurar as violências sofridas por ele durante aquela prisão e com isso ficou ainda mais marcado pelas forças repressivas. Em julho de 85 Pixote foi novamente preso quando a polícia o surpreendeu com um revólver calibre 32. Mas conseguiu fugir de seus captores e denunciou que foi espancado e torturado, confessando crimes que não cometera. Sua mãe queixava-se que o filho "não encontra trabalho. Acho que está andando em más companhias".

Em janeiro de 1986 nasceu sua primeira filha, e ele trabalhava para sustentar a família. Com a nova vida continuavam as perseguições. Num determinado ponto chamou a imprensa e denunciou: "Quero uma

chance para viver como homem, sem perseguições". Mas não haveria trégua, pois para os policiais Fernando Ramos da Silva "era um bandido conhecido aqui em Diadema". O delegado Mauro Miguel Bittar, da delegacia-sede de Diadema, afirmava que ele "era revoltado. Queria uma vida de riqueza, luxo. Tinha uma frustração terrível por não ter conseguido ser um astro de

cinema. Só que era um vagabundo. Se julgava artista".

Pobre, morando em favela, com passagem pela polícia, o destino de Pixote estava selado. Assim como aconteceu com tantos outros, como Naldinho, Wilson Galiléia, Joilson... foi acado como um animal e fuzilado. Bem ao estilo cinematográfico e bem ao estilo da polícia brasileira. (Domingos Abreu)

Brasil: um país de pixotes

O Brasil é um país de população essencialmente jovem. Segundo dados do Anuário Estatístico do IBGE, edição de 1985, um contingente de 58,6 milhões de pessoas, o que equivale a 41,5% dos brasileiros, tem menos de 14 anos. Esta porcentagem mostra-se ainda

mais expressiva se comparada à dos países como a União Soviética (36,7% de jovens), os Estados Unidos (26,7%), o Japão (23,2%) ou a Alemanha Ocidental (23,2%).

A alta participação da juventude na composição populacio-

nal poderia ser encarada como um riquíssimo potencial humano, capaz de assegurar o desenvolvimento do país. No entanto, a enorme concentração de renda e as péssimas condições de vida enfrentadas pela maioria dos brasileiros transformaram este potencial numa grande fonte de problemas.

A começar pela própria condição de sobrevivência desses jovens. O IBGE calculou em 1987 que 87 em cada 1.000 crianças nascidas vivam morrem antes de completar 1 ano de idade. O índice brasileiro de mortalidade infantil é, dessa forma, imensamente superior ao de países como os Estados Unidos (11/1.000), a União Soviética (32/1.000) e a Argentina (36/1.000). E ainda ultrapassa o de nações bem mais pobres que o Brasil, exemplo de Cuba (21/1.000) e da Colômbia (50/1.000). Ainda pior: a taxa de mortalidade infantil no Nordeste brasileiro chega a 120/1.000, e é semelhante à de países que são sinônimo de pobreza absoluta, como Bangladesh.

10% DE MENORES ABANDONADOS

Se um número considerável de crianças morre nos primeiros meses, a maior parte das que sobrevivem passa a enfrentar condições difíceis. Dados levantados pelas entidades que cuidam da infância desamparada indicaram que em 1985 mais da metade dos menores brasileiros poderiam ser considerados carentes, ou seja, eram filhos de famílias



10% dos menores brasileiros são abandonados, vivem sem família

sem condições de lhes garantir desenvolvimento físico e mental apropriado. Estes mesmos cálculos indicaram que 10% dos menores eram abandonados - viviam sem família. A situação tinha como causa básica o estado sub-humano em que vivia boa parte das famílias brasileiras: o próprio IBGE constatou em 1980 que 4,4 milhões de famílias - 18% do total - convivem com a pobreza absoluta, o que significa que seus rendimentos médios são inferiores a 1/4 do salário-mínimo por membro do grupo familiar.

A pobreza extrema tem como consequência o ingresso precoce no mercado de trabalho. O IBGE calcula que 47,8% dos jovens entre 14 e 18 anos trabalham, e que 14,4% das crianças com menos de 14 anos já estão empregadas. Subempregadas, seria melhor dizer. Embora trabalhem duro - 41 horas semanais em média -

os jovens e crianças recebem um salário médio que corresponde, segundo dados da Fundação Seade e do Dieese, a 22% do salário médio já baixo pago aos adultos.

SEM ESCOLA E SEM SAÚDE

Esse grande contingente que é obrigado a trabalhar tanto desde cedo em geral não frequenta a escola. O Censo Demográfico de 1980 demonstrou que 7,5 milhões de crianças até 14 anos - 32,8% do total - não estão matriculadas na rede escolar. E ainda mais. Das que chegam a ter acesso ao ensino, apenas 12,8% concluem os 8 anos do nível básico.

Os números dão outras informações preocupantes sobre saúde, por exemplo. Em 1981, entre as famílias cujos rendimentos per capita situam-se na faixa de 1/4 de

salário-mínimo por pessoa, apenas 56% vacinavam seus filhos contra tétano, difteria e coqueluche, garante a publicação "Perfil Estatístico das Crianças e Mães no Brasil".

"UMA RAÇA DE ANÕES"

Um último dado, levantado em 1983 por Malaquias Batista, professor e pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, serve para constatar fisicamente, inclusive, a situação de abandono de parte significativa da infância brasileira: Baseando-se em padrões de antropometria aceitos internacionalmente, Malaquias concluiu que a falta de uma alimentação correta conduz inclusive ao subdesenvolvimento físico das crianças, podendo levar ao surgimento de "uma raça de anões". Seu estudo demonstra que as crianças pobres do Nordeste brasileiro são autênticos pixotes - medem em média, aos 5 anos, quase 20 centímetros menos que as crianças remediadas de S. Paulo. Mas os pixotes não são apenas nordestinos. Malaquias concluiu ainda que mesmo quando se observa isoladamente apenas a Região Metropolitana de São Paulo - a mais desenvolvida do país - constata-se que as crianças pobres de 5 anos são em média 15 centímetros mais baixas que as remediadas.

Em meio a condições tão adversas não é de se estranhar que uma parcela substancial dos nossos menores sejam afetados pela marginalidade e ao crime.

